

CONCORRÊNCIA

Nº 175/2026-01 – site www.dnit.gov.br

Nº 90175/2026-01 – site www.compras.gov.br

**DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE
TRANSPORTES (UASG - 393009)
SUPERINTENDÊNCIA DO AMAZONAS**

OBJETO

Contratação de empresas (s) especializadas (s) para a elaboração dos projetos básico e executivo de engenharia para as obras e os serviços de construção de estrutura de contenção do porto (IP4) no município de Autazes, no estado do Amazonas.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 493.447,77 (QUATROCENTOS E NOVENTE E TRÊS MIL, QUATROCENTOS E QUARENTA E SETE REAIS E SETENTA E SETE CENTAVOS).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 18/08/2026 às 11h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Técnica e preço

MODO DE DISPUTA:

Fechado.

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

1. DO OBJETO.....	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	6
5. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS.....	6
6. DA FASE DE JULGAMENTO	8
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO	11
8. DOS RECURSOS	13
9. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE.....	14
10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	14
11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	16
12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	16

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

CONCORRÊNCIA Nº/20...

(Processo Administrativo nº50601.002239/2025-80)

Torna-se público que o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – DNIT / Superintendência Regional do DNIT no Estado do Amazonas, sediado na Avenida Recife, 2479 – Flores – Manaus/Am, CEP: 69058-775, realizará licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA** na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é Contratação de empresas (s) especializadas (s) para a elaboração dos projetos básico e executivo de engenharia para as obras e os serviços de construção de estrutura de contenção do porto (IP4) no município de Autazes, no estado do Amazonas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com

direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

- 2.6.4 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.6.5 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.6.6 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 1976, concorrendo entre si;
- 2.6.7 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.6.8 agente público do órgão ou entidade licitante;
- 2.6.9 pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 2.6.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.8. O impedimento de que trata o item 2.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.5.2 e 2.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 2.5.2 e 2.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.13. A vedação de que trata o item 2.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

3.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, as propostas de técnica e as propostas de preço, conforme o critério de julgamento adotado neste edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.2. No cadastramento da proposta de técnica e da proposta de preço, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.2.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta de técnica e da proposta de preço apresentadas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.2.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.2.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5. A falsidade da declaração de que trata os item 3.2 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas de técnica e as propostas de preço ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública.

3.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas de preço e documento de habilitação.

3.9. O valor final mínimo possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.10. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta técnica e a proposta de preço mediante o preenchimento, no sistema eletrônico.
- 4.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.3. Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.4. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.6. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 4.9.1 Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.
- 4.10. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta técnica, a proposta de preços ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.2.1 Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 5.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.
- 5.4. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa “fechado”, em que os licitantes apresentarão propostas que permanecerão em sigilo até o início da sessão pública, sendo vedada a apresentação de lances.
- 5.5. Os procedimentos se darão da seguinte forma:
- 5.6. Os licitantes apresentarão simultaneamente as propostas de técnica e de preço, observado o disposto no art. 33 e no § 1º do art. 36 da Lei 14.133/21.
- 5.7. A partir do horário previsto no edital de licitação, a sessão pública será aberta automaticamente pelo sistema.
- 5.8. Não haverá a etapa de lances.
- 5.9. Iniciada a sessão pública, o agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, deverá informar no sistema o prazo para a atribuição de notas à proposta de técnica e de preço, e a data e o horário para manifestação da intenção de recorrer do resultado do julgamento, nos termos do art. 37 da Instrução Normativa nº 02 de 07 de fevereiro de 2023.
- 5.10. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.11. O licitante concorrerá com o valor de sua última proposta apresentada até a abertura da sessão pública.
- 5.12. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 5.12.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.12.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.12.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.12.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.13. Havendo eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

- 5.13.1 Proposta final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 5.13.2 Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 5.13.3 Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 5.13.4 Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.14. Após análise e julgamento das propostas técnica, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

- 5.14.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 5.14.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 5.14.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 5.14.4 É facultado ao Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.15. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de abertura das propostas, o agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, realizará, em conjunto com a banca de que trata o inciso II do artigo 37 da Lei nº 14.133/2021, a verificação da conformidade das propostas do licitante que obteve a maior pontuação a partir da ponderação das notas atribuídas aos aspectos de técnica e de preço, quanto à sua adequação técnica e, observado o disposto no item 7.20.3, ao valor proposto, conforme definido no edital.

6.2. As propostas técnicas e de preços de cada licitante receberão uma pontuação ponderada de acordo com o Anexo I – Termo de Referência, observado o disposto no artigo 13 da IN SEGES nº 2, de 07 de fevereiro de 2023.

6.3. O agente de contratação/ presidente da comissão informará, na sessão, prazo para análise das propostas técnicas das licitantes.

6.4. O prazo poderá ser prorrogado sempre que houver necessidade, devendo haver prévia informação às licitantes.

6.5. As propostas técnicas serão analisadas por banca designada para este fim.

6.6. Os critérios de análise estão previstos no Termo de Referência.

- 6.7. Após análise das propostas técnicas, o agente de contratação/ presidente da comissão informará as Notas Finais em campo próprio do sistema.
- 6.8. O cálculo da nota final seguirá o estabelecido no Termo de Referência.
- 6.9. O sistema ordenará automaticamente as propostas de técnica e preço seguindo a ordem decrescente da Nota Final.
- 6.10. O agente de contratação/ presidente da comissão poderá negociar proposta mais vantajosa com a empresa melhor classificada.
- 6.11. O Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, envie a proposta de preços ajustada à negociação, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.12. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 6.12.1 SICAF;
 - 6.12.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
 - 6.12.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 6.13. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 6.14. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).
- 6.14.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
 - 6.14.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
 - 6.14.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.15. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação/Comissão verificará se faz jus ao benefício.
- 6.16. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 6.17. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 6.17.1 conter vícios insanáveis;
 - 6.17.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico/Termo de Referência;

- 6.17.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.17.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.17.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.18. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

- 6.18.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do Agente de Contratação/Comissão, que comprove:
 - 6.18.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 6.18.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.19. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

- 6.19.1 Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 6.19.2 No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 6.19.3 Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.20. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.21. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

- 6.21.1 Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como o detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.22. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.22.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.22.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.23. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.24. Caso o Projeto Básico/Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

6.25. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.26. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Projeto Básico/Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021

7.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.3.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o projeto básico/termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio digital.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.9. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

7.9.1 O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração no **item 5.7 no Termo de Referência**, situada no de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

7.9.2 Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

7.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.12. A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.12.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de [NO MÍNIMO, DUAS HORAS], prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

7.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.13.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem no Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.13.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

7.14.1 Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.12.1.

7.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.18. Caso seja positiva a certidão de recuperação judicial ou extrajudicial, judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação.

7.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

8.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: sic@dnit.gov.br ou <https://falabr.cgu.gov.br>

9. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

- 9.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
- 9.2. O prazo de convocação, de 10 (dez) dias, poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.
- 9.3. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.
- 9.4. A formalização do contrato ou instrumento equivalente seguirá o determinado pelo art. 89 e seguintes da Lei 14.133/21.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
 - 10.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Comissão durante o certame;
 - 10.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - 10.1.2.1. não enviar a proposta após a negociação;
 - 10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 10.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
 - 10.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
 - 10.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.
 - 10.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 10.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
 - 10.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
 - 10.1.6 fraudar a licitação;
 - 10.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 10.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 10.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 10.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
 - 10.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1 advertência;

10.2.2 multa;

10.2.3 impedimento de licitar e contratar e

10.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

10.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

10.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

10.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.4.1 Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

10.4.2 Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7, 10.1.8 e 10.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2, 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7, 10.1.8 e 10.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2, 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: Selic.am@dnit.gov.br

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

11.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/Comissão.

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/licitacoes/sede/editais-de-licitacoes>

12.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.11.1 ANEXO I -Termo de Referência - (SEI nº23068878);

12.11.1.1. Apêndice do Anexo II - Estudo Técnico Preliminar - (SEI nº23068331);

12.11.1.2. Anexos - (SEI nº 22939120 / 22939345 / 22942633 / 22942679 / 22942729)

MANAUS/AM, 26 de novembro de 2025.

Orlando Fanaia Machado

Superintendente Regional no Estado do Amazonas

ANEXO**TERMO DE ADESÃO VOLUNTÁRIA À POLÍTICA ANTIFRAUDE E ANTICORRUPÇÃO****TERMO DE ADESÃO VOLUNTÁRIA À POLÍTICA ANTIFRAUDE E ANTICORRUPÇÃO
DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES
(DNIT) Nº _____/20____**

O DNIT e a CONTRATADA concordam que, durante a execução deste contrato, atuarão em conformidade com ordenamento jurídico brasileiro no que tange ao combate à corrupção e à fraude, em especial a Lei nº 12.846/2013 e ao Decreto nº 8.420/2015; e se comprometem a cumpri-los na realização de suas atividades, bem como se obrigam a não executar nenhum dos atos lesivos dispostos no artigo 5º da referida Lei.

A CONTRATADA declara que: tem conhecimento da Norma Brasileira ABNT NBR ISSO 37001 – Sistemas de gestão antissuborno; e:

1) não realiza, não oferece; e não autoriza:

- a) qualquer pagamento ou promessa de pagamento como suborno;
- b) entrega de presente(s);
- c) concessão de entretenimento(s);
- d) fornecimento ou pagamento de refeição(ões), hospitalidade(s) ou qualquer outra vantagem direta ou indireta para o uso ou benefício de qualquer funcionário do DNIT ou seus familiares e:

2) não concede benefício direto ou indireto de partido político, de candidato a cargo eletivo, ou de qualquer outro indivíduo a qualquer funcionário do DNIT ou seus familiares.

A CONTRATADA declara conhecer as normas que combatem e proíbem atos anticoncorrenciais e de corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas o Código Penal, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei n. 8.429/1992) e a Lei Federal n. 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) – em conjunto, aqui denominadas “Leis Anticorrupção” – e se compromete a cumpri-las fielmente, por si, bem como por seus executivos, sócios, diretores, coordenadores, representantes, administradores e colaboradores, assim como exigir o seu fiel cumprimento pelos terceiros por ela contratados.

A CONTRATADA declara e garante, durante a execução deste Contrato, que:

- 1) seus atuais sócios, administradores, controladores, dirigentes etc não ocupam cargo, emprego ou função no DNIT ou em empresa prestadora de serviço no DNIT;
- 2) seus atuais sócios, administradores, controladores, dirigentes etc não possuem parentesco, até o terceiro grau, com qualquer ocupante de cargo, emprego ou função, mesmo que transitoriamente e sem remuneração, dentro da unidade administrativa do DNIT que promova a licitação ou com ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento do DNIT;
- 3) Nos demais casos de parentesco, até o terceiro grau, de seus atuais sócios administradores, controladores, dirigentes com qualquer ocupante de cargo, emprego ou função no DNIT, mesmo que transitoriamente e sem remuneração, declara que o parentesco não teve poder de influência na contratação;
- 4) Que eventual ex- ocupante de cargo, emprego ou função do DNIT que venha a integrar a CONTRATADA, seja na qualidade de administrador, sócio, controlador ou dirigente, tenha rompido seu vínculo com o DNIT há pelo menos 6 (seis) meses, obrigando-se a CONTRATADA a informar por escrito, no prazo de 3 (três) dias úteis ao DNIT qualquer nomeação de seus representantes em quaisquer das hipóteses elencadas.
- 5) manterá uma política ativa de compliance compatível com a natureza, o porte, a estrutura, a complexidade, o perfil de risco e o modelo do objeto aqui contratado.

O não cumprimento pela CONTRATADA da legislação anticorrupção e/ou disposto neste Contrato, durante a execução deste, será considerado infração grave e conferirá ao DNIT o direito de, agindo de boa-fé:

- 1) instaurar procedimento de apuração de responsabilidade administrativa, nos termos do Decreto nº 8.420 e da Instrução Normativa CGU nº 13/2019; e
- 2) rescindir o Contrato, após o devido processo legal, sendo a CONTRATADA responsável por eventuais perdas e danos.

A CONTRATADA se comprometerá ainda a:

- 1) Difundir as vedações impostas pela Política Antifraude e Anticorrupção do DNIT a todos os funcionários da empresa;
- 2) Cumprir e exigir o cumprimento da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e demais normas pertinentes ao tema em todos os níveis, rechaçando qualquer ato ou atividade que constitua ou possa ser entendido como ato lesivo aos interesses da Administração Pública e
- 3) Denunciar ao DNIT qualquer ação ou omissão que venha a ter conhecimento e que importem em descumprimento da Política Antifraude e Anticorrupção do DNIT, da legislação Anticorrupção vigente e aos demais normativos de combate à fraude e a atos de corrupção.

E, por compreender e aceitar sem reservas todo o exposto acima, assino o presente Termo para que produza todos os efeitos.

DATA

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

TESTEMUNHA 1

TESTEMUNHA 2

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

Processo nº 50601.002239/2025-80

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresas (s) especializadas (s) para a elaboração dos projetos básico e executivo de engenharia para as obras e os serviços de construção de estrutura de contenção do porto (IP4) no município de Autazes, no estado do Amazonas.

Tabela 01- Informações para cadastro no ComprasNet

LOTE	CATSER	ESPECIFICAÇÃO	Unid	Qtd	Valor Unit.
I	2222-5	Elaboração dos projetos básico e executivo de engenharia para as obras e os serviços de construção de estrutura de contenção do porto (IP4) no município de Autazes, no estado do Amazonas.	Serviço	01	R\$ 493.447

1.2. O prazo de VIGÊNCIA do contrato será de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, tendo em sua eficiência legal no primeiro dia após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União D.O.U. O prazo de EXECUÇÃO contratual será de 90 (noventa) dias consecutivos a partir da emissão da Ordem de Início de Serviços a ser expedida pelo DNIT.

1.3. O prazo de vigência da contratação deverá ser igual ou superior ao prazo de execução contratual contados da assinatura do contrato ou na data nele indicada, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.4. A vigência contratual poderá ser prorrogada, mediante termo aditivo, desde que observadas as disposições do art. 111 da Lei nº 14.133/2021, condicionada à demonstração de vantajosidade para a Administração, à adequada execução do objeto pela contratada e à manutenção das condições iniciais de habilitação e contratação, devidamente justificadas no processo administrativo.

2. CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

2.1. **Unidade da Federação:** Amazonas.

2.2. **Unidade de Fiscalização:** Superintendência Regional do DNIT no Estado do Amazonas - SR/AM.

2.3. **Lote Único:** IP4 do município de Autazes/AM.

2.4. **Local:** Sede do município.

2.5. **Corpo Hídrico:** Madeira.

2.6. **Código do SNV:** Rio Madeira: HN-117.

2.7. **CATSER:** 22225 - Serviços de Engenharia.

2.8. **Modalidade:** Concorrência ([Art. 28, inciso II da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021](#)).

2.9. **Regime de Execução:** Empreitada por preço unitário ([art. 46, I, Lei nº 14.133/21](#)).

2.10. **Forma:** Eletrônico ([art. 12, VI, Lei nº 14.133/21](#)).

2.11. **Critério de Julgamento:** Técnica e Preço ([art. 33, IV, Lei nº 14.133/21](#)).

2.12. **Justificativa do Critério de Julgamento:** Art. 6º, inciso XXXVIII, alínea c, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

2.13. **Critério de Desempate:** Conforme ([Art. 60 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021](#)).

2.14. **Modo de Disputa:** Fechado ([Art. 56, inciso II da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021](#)).

2.15. **Orçamento Referencial:** O valor do orçamento estimado de referência do presente certame licitatório é de **R\$ 493.447,77 (quatrocentos e noventa e três mil quatrocentos e quarenta e sete reais e setenta e sete centavos)**.

2.16. **Referência de Preços:** Os preços que deram origem ao valor do Orçamento Estimado de Referência (SEI nº. 22936430, 22938716, 22938806, 22938938 e 22939004), para a elaboração de projetos básico e executivo de engenharia, necessários para a licitação e a Contratação de empresas (s) especializadas (s) para a elaboração dos projetos básico e executivo de engenharia para as obras e os serviços de construção de estrutura de contenção do porto (IP4) no município de Autazes, no estado do Amazonas, foram extraídos da Tabela de Preços de Consultoria do DNIT, na data-base: **JUL/2025**, conforme Resolução nº 11, de 21 de agosto de 2020.

2.17. **Agrupamento:** Sim.

2.18. **Justificativa de agrupamento:** Objeto indivisível. O não agrupamento causaria prejuízo para o conjunto conforme Súmula 247 – TCU/2007.

2.19. **Permite participação de consórcios:** Não.

2.20. **Permite subcontratação:** Sim. Para as atividades que não constituam o escopo principal do objeto, ficam limitados até o limite de 30% (trinta por cento) do Orçamento os serviços passíveis de subcontratação, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais do contratado. (Art. 122 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021).

2.21. **Aplicabilidade de margens de preferências:** Não se aplica. O serviço objeto deste Anexo I - Termo de Referência não se enquadra no Decreto nº 7.174 de 12 de maio de 2010 (contratação de bens e serviços de informática e automação).

2.22. **Licenciamento ambiental:** Todas as tratativas para a emissão ou renovação das Licenças Ambientais de Instalação e de Operação - LI e LO emitidas pelo Órgão Ambiental Competente, Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM, serão conduzidas pela Superintendência Regional do DNIT no Estado do Amazonas SR/AM.

2.23. **Serviço comum de engenharia:** Não.

2.24. **Relação de Índices Contábeis Previstos na Minuta do EDITAL Padrão do DNIT (qualificação econômico-financeira):** Se aplica. Em atendimento ao §2º do Art. 6º da Instrução Normativa nº 01/MT, de 04 de outubro de 2007, para os devidos efeitos, declaro que concordo com a utilização desta Relação de Índices Contábeis exigidas para fins de qualificação econômico-financeira.

2.25. **Exclusividade/Benefício ME/EPP:** Sim, segundo o Inciso II, § 1º, Art. 4º, da Lei 14.133/2021, os benefícios constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 não são aplicáveis às licitações de obras e serviços de engenharia cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, atualmente em R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais). Neste sentido, considerando que o valor estimado da contratação é inferior ao citado no item anterior.

2.26. **Serviço contínuo:** Não se aplica.

2.27. **Serviço com dedicação exclusiva de mão de obra:** Não. Os serviços objeto deste Anexo I – Termo de Referência não se enquadram no Art. 17 da Instrução Normativa nº 5 de 26 de maio de 2017 (IMPOG).

2.28. **Indicação da Fonte de Recursos para a Contratação:** 26.121.0032.20UC.0001

2.29. **Proposta dos Licitantes:** O prazo de elaboração e apresentação das Propostas, é de 35 (trinta e cinco) dias úteis ([inciso IV do Art. 55 da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021](#)).

2.30. **Classificação quanto ao sigilo:** Não há necessidade de classificação quanto ao sigilo nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, por se tratar de documento a ser divulgado no site oficial do DNIT e no COMPRASNET.GOV, com plena publicidade à população em geral.

2.31. **Contato do Responsável:** Eng.º Evaliton Arantes de Oliveira, Endereço Eletrônico: evaliton.oliveira@dnit.gov.br, Telefone: (92) 2127-6045.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

- I - ID PCA no PNCP;
- II - Data de publicação no PNCP;
- III - Documento de Formalização da Demanda (SEI nº 23062749).

3.2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.2.1. Em 2005, o DNIT iniciou um programa de investimento voltado para a região Norte do país, com o objetivo de prover os municípios localizados às margens dos rios, que dependem do transporte hidroviário para suprir seus principais insumos, como medicamentos, alimentos, entre outros, de Instalações Portuárias (IP4s) que fornecessem segurança nas operações de embarque e desembarque de passageiros e cargas, com o propósito principal de oferecer às populações dignidade nessas operações.

3.2.2. Antes da política de implantação de Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte – IP4s, as embarcações encostavam nas imediações das margens dos rios e os usuários subiam os barrancos, que na estação vazante podem atingir até 20 (vinte) metros de altura, desembarcando por “pinguelas”, num sistema precário exposto a acidentes e ao risco de perder suas mercadorias para as águas dos rios.

3.2.3. Às Superintendências Regionais, compete programar, coordenar, fiscalizar e orientar a execução de planos e programas com vistas ao diagnóstico, ao prognóstico e às ações nas áreas de engenharia e operações, rodoviárias, ferroviárias e aquaviário, para garantir a fluidez do tráfego e a navegabilidade dos rios, em condições operacionais e econômicas ideais, com segurança e zelo pela preservação do meio ambiente, segundo o Art. 144 da Resolução nº 39, de 17 de novembro de 2020 que trata do Regimento Interno do DNIT.

3.2.4. O estado do Amazonas, situado na região Norte, possui área de 1.559.255,881 km² e densidade demográfica de 2,53 hab./km² (Fonte: IBGE).

3.2.5. Os principais rios existentes no estado do Amazonas são Solimões, Amazonas, Negro, Branco, Purus, Juruá, Japurá e Madeira.

3.2.6. Determinadas localidades, no estado do Amazonas, só podem ser acessadas pelos rios, devido à inexistência de rodovias ou ferrovias.

3.2.7. As Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte – IP4s são destinadas às operações portuárias de movimentações de passageiros e/ou de mercadorias, que são transportadas pela navegação interior.

3.2.8. A IP4 apresenta-se como instrumento de desenvolvimento regional, favorecendo a movimentação de cargas e passageiros, principalmente em áreas distantes e atendidas exclusivamente pelo Sistema de Transporte Fluvial.

3.2.9. Atualmente, só no estado do Amazonas, existem aproximadamente 50 (cinquenta) Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte – IP4s. Entretanto, muitas delas apresentam graves desgastes e avarias e, por esse motivo, necessitam de obras e serviços de recuperação civil com certa urgência.

3.2.10. A contratação de empresa(s) especializada(s) para a elaboração dos projetos básico e executivo de engenharia referentes às obras e serviços de construção da estrutura de contenção do porto (IP4), no município de Autazes, no estado do Amazonas, faz-se necessária em razão da instabilidade dos taludes nas margens fluviais. Essa situação tem colocado a IP4 em risco de desabamento, comprometendo sua segurança, integridade estrutural e condições de operacionalidade. Dessa forma, a elaboração de estudos e projetos técnicos especializados é indispensável para garantir a adoção de soluções adequadas, mitigando riscos e assegurando a continuidade das operações do porto.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

4.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada nos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. SUSTENTABILIDADE

5.1.1. As especificações e práticas que permeiam a concepção deste empreendimento e que serão exigidas da CONTRATADA, são decisões tecnicamente motivadas e fundamentadas. Tais decisões visam ao cumprimento dos princípios do desenvolvimento nacional sustentável e da eficiência, insculpidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e ao atendimento das normativas ambientais vigentes, incluindo o Decreto nº 7.746 de 5 de Junho de 2012 e o Art. 45 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

5.1.2. A motivação técnica para a adoção dessas especificações considera:

5.1.3. A criticidade da localização do empreendimento no bioma amazônico, exigindo a adoção de medidas que minimizem o impacto.

5.1.4. A necessidade de garantir a qualidade de vida da população do entorno, por meio do controle da poluição, da correta gestão de resíduos sólidos e efluentes (com inclusão de Estação de Tratamento de Esgoto) e da segurança das operações.

5.1.5. A incorporação de soluções de engenharia deve prever sistemas voltados para a mitigação de impactos, como a implementação de programas de controle e monitoramento ambiental.

5.1.6. A importância das práticas de sustentabilidade e as medidas mitigadoras são, portanto, essenciais para assegurar a viabilidade socioambiental do empreendimento e sua contribuição para o desenvolvimento sustentável da região.

5.2. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, baseados no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

5.2.1. A empresa contratada deverá utilizar na execução da obra as boas práticas de sustentabilidade ambiental, respeitando-se os critérios indicados abaixo:

- a) Uso de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações da ANVISA;
- b) Adoção de práticas que evitem desperdícios de água potável;
- c) Implementação de um programa de treinamento de seus empregados visando o uso racional de consumo de energia elétrica e água, bem como redução de resíduos sólidos;
- d) Classificação e destinação adequada dos resíduos recicláveis produzidos durante a execução dos serviços. Especificamente para papéis e latas de alumínio deve-se contatar as Associações e/ou Cooperativas locais de catadores de materiais recicláveis;
- e) Práticas de redução de consumo de papel, utilizando o padrão frente- verso na impressão de relatórios e outros documentos, bem como utilização de fonte ecológica recomendada pela Advocacia- Geral de União, disponível no endereço eletrônico: <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-de-contratacoes-sustentaveis-set-2023.pdf/view>;
- f) Adoção de uso de papel não clorado, preferencialmente, na impressão de documentos e relatórios;
- g) Adoção de práticas de substituição de copos descartáveis por copos definitivos;

- h) Adoção de prática de destinação final das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo a Resolução CONAMA nº 401/2008, alterada pela Resolução nº 424, de 2010;
- i) Atendimento aos padrões indicados pela Resolução CONAMA nº 20/1994 quando da aquisição e utilização de equipamentos de limpeza que gerem ruídos em seu funcionamento;
- j) Adoção e promoção de medidas de proteção para a redução ou neutralização dos riscos ocupacionais aos seus empregados, além de fornecimento de equipamentos de proteção individuais – EPIs necessários, tais como óculos, luvas, aventais, máscaras, calçados apropriados, protetores auriculares, etc., fiscalizando e zelando para que os mesmos cumpram as normas e procedimentos destinados à preservação de suas integridades físicas;
- k) Consideração nas pesquisas de preços para aquisições e serviços contemplados no escopo da contratação empresas que tenham certificação ambiental;
- l) Estímulo à troca de informações entre as equipes envolvidas por meio de ferramentas digitais e/ou virtuais;
- m) Atendimento às Instruções de Serviços do DNIT, principalmente a Instrução Normativa nº 61, de 17/09/2021, que trata da Responsabilidade Ambiental das Contratadas – RAC.

5.3. SUBCONTRATAÇÃO

5.3.1. Será permitida a subcontratação para as atividades que não constituem o escopo principal do objeto e os itens exigidos para comprovação técnica operacional ou profissional, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor do orçamento, desde que previamente autorizado pelo DNIT, sendo vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação.

5.3.2. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre com os requisitos de qualificação técnica necessários para execução do objeto.

5.3.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

5.4. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

5.4.1. Não poderá ter participação de consórcios.

JUSTIFICATIVA PARA NÃO PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

5.4.2. Não será admitida a participação de empresas em regime de consórcio, considerando que o objeto da contratação refere-se à elaboração de um único tipo de projeto, cuja execução é usualmente realizada por empresas individualmente constituídas e amplamente disponíveis no mercado. Assim, a restrição não implica redução da competitividade, uma vez que há número significativo de potenciais interessados aptos a executar o objeto de forma isolada.

5.5. PARCELAMENTO DO OBJETO

5.5.1. No que se refere a Elaboração do Projeto Básico e Executivo de Engenharia para as IP4s, opta-se pelo não parcelamento ou divisão do objeto da contratação. O não agrupamento causaria prejuízo para o conjunto tanto na questão técnica quanto na questão econômica, pelo custo que a administração teria em gerir vários contratos concomitantes, conforme Súmula 247 – TCU.

5.6. PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (LEI COMPLEMENTAR 123/2006 E LEI COMPLEMENTAR 147/2014)

5.6.1. Pela particularidade dos serviços, não haverá a exigência de subcontratação de microempresas ou de empresas de pequeno porte no montante de até 30% do total licitado, nem o estabelecimento de cota de até 25% do objeto para contratação.

5.7. GARANTIA CONTRATUAL

5.7.1. Deverá ser prestada garantia na forma prevista na Instrução Normativa nº 8/DNIT SEDE, de 15 de maio de 2025, publicada no Boletim Administrativo Edição nº 095, de 22 de maio de 2025 (IN nº 8/2025) ou a IN vigente na assinatura do contrato.

5.7.2. A ADJUDICATÁRIA deverá apresentar na unidade responsável pelo contrato a garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato a preços iniciais, sob pena de decair o direito à contratação.

5.7.3. A ADJUDICATÁRIA prestará garantia em qualquer das modalidades adiante descritas, à sua escolha (art. 96 da Lei nº 14.133/21):

- I - Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- II - Seguro- garantia;
- III - Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

5.7.4. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato.

5.7.5. No caso de opção pela modalidade "I - caução em dinheiro", o interessado deverá procurar a Tesouraria Central do DNIT, em Brasília/DF, para obter instruções de como efetuar-la.

5.7.6. No caso de caução com "I - [...] Títulos da Dívida Pública", estes deverão estar acompanhados de laudo de avaliação da Secretaria do Tesouro Nacional, no qual informe sobre a exequibilidade, valor e prazo de resgate, taxa de atualização, e condições de resgate.

5.7.7. Para a prestação de garantia na modalidade "II - seguro- garantia", o prazo será de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato (art. 96, §3º da Lei nº 14.133/21) e dar-se-á mediante entrega da competente apólice emitida por entidade em funcionamento no País, e em nome do DNIT, cobrindo o risco de quebra do contrato, pelo prazo da duração do contrato, devendo a CONTRATADA providenciar sua prorrogação, por toda a duração do contrato, independente de notificação do DNIT/Sede, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções previstas contratualmente e/ou em normativo da Autarquia.

5.7.8. Caso a garantia se dê por "III - fiança bancária", esta deverá ser fornecida por um banco localizado no Brasil, a critério da LICITANTE, devendo a CONTRATADA providenciar sua prorrogação, por toda a duração do contrato, independente de notificação do DNIT/Sede, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções previstas contratualmente e/ou em normativo da Autarquia.

5.7.9. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento), como consta da Instrução Normativa nº 46/DNIT SEDE, de 19 de agosto de 2021.

5.7.10. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração em promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o art. 137, inciso I, da Lei nº 14.133/21.

5.7.11. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução, ou o adimplemento pela Administração (art. 96, §2º, da Lei nº 14.133/21).

5.7.12. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger o período de 90 (noventa) dias superior ao período de vigência contratual e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste, mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora, conforme consta do art. 97, inciso I, da Lei nº 14.133/21.

5.7.13. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela contratante, na forma do art. 120, da Lei nº 14.133/21; bem como pelos encargos trabalhistas,

previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, inclusive, no caso de subcontratação, quando ficará solidariamente responsável com o subcontratado pelo cumprimento das obrigações (art. 121, da Lei nº 14.133/21).

5.7.14. A garantia prestada pela CONTRATADA será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

5.8. VISTORIA

5.8.1. As visitas técnicas "in loco" deverão ser agendadas junto à SRE/AM, mediante contato com o Eng.º EVAILTON ARANTES DE OLIVEIRA, Endereço Eletrônico: evailton.oliveira@dnit.gov.br, Telefone: (92) 2127-6045 no horário de atendimento: de 8:00 às 12:00 e de 13:30 às 17:30 e, caso a LICITANTE almeje, poderá ser acompanhada pelos Engenheiros da SRE/AM, que neste caso, certificará a visita, expedindo o necessário Atestado de Visita, devendo o mesmo estar assinado pelo Representante da Empresa. Esse Atestado será juntado à Documentação de Habilitação, nos termos do Inciso VI do Art. 67, da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, sob pena de inabilitação.

5.8.2. A Administração entende ser imprescindível a visita aos locais em que serão executados os serviços, para efetuar Levantamentos e Aferições, constatar as condições de execução, conhecer todas as condições operacionais e ambientais pertinentes ao objeto da Licitação e à elaboração da Proposta. Quaisquer informações quanto às visitas poderão ser obtidas junto à DAQ ou SRE/AM.

5.8.3. Em determinação do Acórdão do TCU nº 1.264/2010 - Plenário entendeu descabida a exigência de que as vistorias ao local dos serviços sejam realizadas apenas por Responsável Técnico da LICITANTE, uma vez que também seria possível o acompanhamento por outro Funcionário com condições e aptidão para isto.

5.8.4. Na hipótese da LICITANTE não querer participar da visita no dia programado, deverá apresentar, em substituição ao Atestado de Visita, Declaração de Conhecimento do Local da Obra assinada pelo Responsável Técnico, sob as penalidades da Lei, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, e sobre o local do serviço, assumindo total Responsabilidade por esta Declaração, ficando impedida, no futuro, de pleitear por força do conhecimento declarado, quaisquer alterações contratuais, de natureza técnica e/ou financeira, devendo juntar à documentação de Habilitação tal Declaração, sob pena de inabilitação.

6. QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

6.1. As quantidades a serem contratadas estão contidas no Orçamento de Referência (SEI nº. 22936430, 22938716, 22938806, 22938938 e 22939004).

7. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

7.1. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE

7.1.1. Deverão ser apresentadas as Anotações de Responsabilidade Técnica ARTs da(s) empresa(s) e/ou consórcio(s) responsável(is) e dos seus responsáveis técnicos pela elaboração dos projetos básico e executivo previstos por contrato celebrado, em decorrência desta Licitação, de acordo com este Anexo I - Termo de Referência.

7.1.2. A aceitabilidade dos projetos básico e executivo está condicionada:

7.1.3. Ao acompanhamento e atestado dos serviços pela Fiscalização/Supervisão;

7.1.4. Aos Pareceres da Fiscalização/Supervisão, contendo os resultados das análises dos estudos preliminares e dos projetos básico e executivo entregues, de acordo com o Anexo IV - Manual de Procedimentos para a Elaboração de Projetos Básico e Executivo de Engenharia para a Execução de Obras de Construção de Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte – IP4 (SEI nº 22941742);

7.1.5. Aos requisitos impostos pelas Normas vigentes da ABNT e do DNIT.

7.1.6. Os itens do Anexo IV - Manual de Procedimentos para a Elaboração de Projetos (SEI nº 22941742), que devem ser atendidos por Tipo de Projetos básico e executivo, encontram-se no Anexo VI e VII - Resumo do Orçamento Referencial (SEI nº 22938716 e 22938806).

7.2. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

7.2.1. Para o recebimento dos serviços, que fazem parte do escopo da(s) contratação(ões) resultantes desta Licitação, deverão ser seguidas as diretrizes estabelecidas no item 7 do Anexo IV - Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos (SEI nº 22941895), de dezembro de 2020.

7.2.2. A Fiscalização do DNIT, ao constatar a finalização dos projetos básico e executivo, emitirá o Termo de Recebimento Provisório - TRP, onde serão estabelecidas as pendências por parte da(s) Contratada(s). Uma vez sanadas todas as pendências, a Fiscalização do DNIT emitirá o Termo de Recebimento Definitivo - TRD.

8. DESCRIÇÃO DETALHADA

8.1. DO OBJETO

8.1.1. O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa(s) especializada(s) para a elaboração dos projetos básico e executivo de engenharia referentes às obras e serviços de construção da estrutura de contenção do porto (IP4), no município de Autazes, no estado do Amazonas, faz-se necessária em razão da instabilidade dos taludes nas margens fluviais. Essa situação tem colocado a IP4 em risco de desabamento, comprometendo sua segurança, integridade estrutural e condições de operacionalidade. Dessa forma, a elaboração de estudos e projetos técnicos especializados é indispensável para garantir a adoção de soluções adequadas, mitigando riscos e assegurando a continuidade das operações do porto., com fundamento na Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, de acordo com as Normas pertinentes do DNIT e da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, exigências e demais condições e especificações expressas neste Anexo I - Termo de Referência.

8.1.2. O detalhamento do objeto, incluindo a previsão de serviços e respectivos quantitativos, encontram-se no Anexo IX - Resumo do Orçamento Referencial (SEI nº 22939004) e nas planilhas do Anexo V, VI, VII e VIII - Orçamento de Referência (SEI nº. 22936430, 22938716, 22938806, 22938938). O prazo de execução dos contratos gerados a partir desta Licitação é apresentado no item 1 do presente documento.

8.2. ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA

8.2.1. O valor total do investimento necessários para a licitação e a contratação de empresa(s) para elaboração dos projetos básico e executivo de engenharia destinados à instalação portuária pública de pequeno porte – IP4 do município de Autazes, no estado do Amazonas, é de **R\$ 493.447,77 (quatrocentos e noventa e três mil quatrocentos e quarenta e sete reais e setenta e sete centavos)**, com um BDI de 45,11% para os projetos básico e executivo previstos neste Anexo I - Termo de Referência, conforme o Anexo IX - Resumo do Orçamento Referencial (SEI nº. 22939004) e nas planilhas do Anexo V, VI, VII e VIII - Orçamento de Referência (SEI nº. 22936430, 22938716, 22938806, 22938938).

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

9.2. A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

9.2.1. Gestão/Unidade: 39252 Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes;

9.2.2. Fonte de Recursos: 26.121.0032.20UC.0001;

9.2.3. Declaração de Existência de Recurso: nº 2026/00079;

0.0.1. Plano Interno: DAQ0001 Demais Despesas DAQ; e

0.0.2. UGR: 393007 Diretoria de Infraestrutura Aquaviária.

9.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

9.4. Na Declaração de Existência de Recursos Orçamentários e na Declaração Exigida na Lei de Responsabilidade Fiscal (Art. 15 a17) deverá constar informação de que a despesa prevista para o empreendimento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual - LOA/2026, e

compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

10. OBRIGAÇÕES ENTRE AS PARTES

10.1. DA CONTRATADA

10.1.1. A empresa vencedora da licitação será responsável pelo cumprimento integral das exigências constantes do Edital, das normas e especificações de serviços do DNIT, pertinentes aos serviços de consultoria especializada, assim como pelas demais atribuições descritas neste Edital.

10.1.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

10.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

10.1.4. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Termo de Referência e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

10.1.5. A responsabilidade de que trata o subitem anterior inclui a reparação por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo, em qualquer caso, a contratada ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade.

10.1.6. Manter os profissionais, que comprovaram ter capacidade técnica para habilitar a empresa no procedimento licitatório exclusivos ao contrato, durante todo o período efetivo de execução das respectivas etapas dos serviços para os quais foram habilitados.

10.1.7. Manter a quantidade e especialidade de profissionais tecnicamente habilitados para acompanhar o ritmo dos trabalhos executados pela consultora.

10.1.8. Manter, durante todo o período da execução efetiva dos serviços, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.1.9. Manter a quantidade de equipamentos e outros materiais que se fizerem necessários e suficientes para o perfeito desenvolvimento dos serviços.

10.1.10. Elaborar o cronograma de utilização da equipe/equipamentos, detalhando todas as etapas de execução dos serviços dentro da metodologia que será adotada pela empresa, dentro dos prazos estabelecidos para sua conclusão, permitindo a análise e aprovação da fiscalização do DNIT.

10.1.11. Sempre que solicitado pela fiscalização do contrato, comprovar a vinculação dos funcionários ao contrato.

10.1.12. Providenciar, junto ao Conselho de Classe competente da Unidade da Federação, onde se localizam os serviços, a devida Anotação de Responsabilidade Técnica – ART relativa aos serviços objeto da presente licitação, de acordo com a legislação vigente.

10.1.13. Adotar todas as providências e assumir todas as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus técnicos e empregados, no desempenho das tarefas.

10.1.14. A inadimplência da Licitante vencedora, com referência aos encargos decorrentes do contrato, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao DNIT, nem poderá onerar o objeto desta licitação, razão pela qual a Licitante vencedora renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o DNIT.

10.1.15. Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força de lei, ligadas ao cumprimento do presente Edital.

10.1.16. Observar as cláusulas assecuratórias de direitos trabalhistas disposto na Instrução Normativa nº 6, de 6 de julho de 2018, do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão

10.1.17. A Administração Pública não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

10.1.18. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução dos serviços.

10.1.19. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

10.1.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

10.1.21. A CONTRATADA deverá observar o disposto no §9º do art. 25 e no inciso III do caput do art. 60 da Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 11.430/2023, o qual dispõe sobre o percentual mínimo da mão de obra responsável pela execução do objeto da contratação seja constituído por mulheres vítimas de violência doméstica.

10.1.22. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

10.1.23. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.

10.1.24. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

10.1.24.1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

10.1.24.2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

10.1.24.3. Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

10.1.24.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

10.1.24.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES /MP n. 5/2017.

10.1.25. Comunicar à fiscalização do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

10.1.26. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho

10.1.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

10.1.28. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.1.29. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

10.1.30. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los de maneira eficaz e eficiente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

- 10.1.31. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 10.1.32. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação.
- 10.1.33. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante.
- 10.1.34. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 10.1.35. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 10.1.36. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.
- 10.1.37. Assegurar à Contratante, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 10.1.37.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 10.1.37.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis; e
- 10.1.37.3. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.
- 10.1.38. Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.
- 10.1.39. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência.
- 10.1.40. O não atendimento das solicitações feitas pela fiscalização será considerado motivo para apuração de responsabilidade, podendo a Administração, inclusive, aplicar das sanções contratuais.
- 10.1.41. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Termo de Referência e demais documentos anexos.
- 10.1.42. Observar as cláusulas assecuratórias de direitos trabalhistas disposto na Instrução Normativa nº 6, de 6 de julho de 2018, do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão.
- 10.1.43. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante.
- 10.1.44. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 10.1.45. Fornecer as entregas programadas desenvolvidas pela Contratada, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos.
- 10.1.46. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, a Contratada deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.
- 10.1.47. Efetuar cadastro dos profissionais habilitados no certame junto ao Sistema Eletrônico de Informações - SEI, para eventuais assinaturas de atas e/ou outros documentos eletrônicos quando solicitadas pelo DNIT.
- 10.1.48. A Contratada deverá, no prazo máximo de 6 (seis) meses, a contar da celebração do contrato, implementar um programa de integridade nos termos do Decreto nº 12.304, de 9 de dezembro de 2024.

10.2. OBRIGAÇÃO DE IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMA DE INTEGRIDADE

- 10.2.1. Nos termos do art. 25, §4º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e do Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022, que regulamenta os programas de integridade no âmbito da Administração Pública federal, a CONTRATADA obriga-se a implantar e manter programa de integridade, proporcional ao seu porte, perfil de risco e à duração do contrato, voltado à prevenção, detecção e remediação de atos lesivos à administração pública, em especial os previstos na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).
- 10.2.2. O programa de integridade deverá contemplar, no mínimo:
- 10.2.2.1. Comprometimento da alta direção com a ética e a conformidade;
- 10.2.2.2. Instância responsável pelo programa com autonomia e recursos;
- 10.2.2.3. Análise e gestão de riscos;
- 10.2.2.4. Regras de conduta e políticas internas de integridade;
- 10.2.2.5. Canal de denúncias e mecanismos de apuração;
- 10.2.2.6. Treinamentos periódicos; e
- 10.2.2.7. Ações disciplinares e medidas corretivas.
- 10.2.3. A CONTRATADA deverá apresentar, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias a contar da assinatura do contrato, plano de ação ou documentação comprobatória da existência e implementação do referido programa, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, conforme previsto nos arts. 156 a 163 da Lei nº 14.133/2021.
- 10.2.4. Caberá à fiscalização do contrato verificar e atestar o cumprimento da presente cláusula, podendo requisitar documentos, registros ou evidências da implantação e efetividade do programa de integridade.
- 10.3. **DA CONTRATANTE**
- 10.3.1. Caberá ao DNIT:
- 10.3.1.1. Emitir as convocações, as ordens formais de fornecimento/execução, as Notas de Empenho e o Termo de Contrato (se for o caso) relativos ao objeto da Licitação;
- 10.3.1.2. Comunicar à(s) Contratada(s) todas e quaisquer ocorrências relacionadas com fornecimento/execução do objeto;

- 10.3.1.3. Rejeitar, no todo ou em parte, o fornecimento/execução em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor nem com as Especificações do Edital e seus Anexos;
- 10.3.1.4. Proporcionar todas as facilidades para que a(s) Contratada(s) possa(m) cumprir suas obrigações dentro das Normas e condições deste processo;
- 10.3.1.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela(s) Contratada(s) com relação ao objeto desta Licitação;
- 10.3.1.6. Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados;
- 10.3.1.7. Cumprir as demais obrigações constantes do Anexo I – Termo de Referência;
- 10.3.1.8. Não obstante a(s) Contratada(s) seja(m) a única(s) e exclusiva(s) Responsável(eis) pelo fornecimento/execução do objeto, à Administração reserve-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa Fiscalização, diretamente ou por Prepostos designados, podendo para isso:
- 10.3.1.8.1. Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da(s) Contratada(s) que embarçar ou dificultar a sua Fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente; e
- 10.3.1.8.2. Examinar as Carteiras Profissionais dos empregados colocados a seu serviço, para comprovar o registro de função Profissional.
- 10.3.2. As obrigações da Contratante são as estabelecidas na legislação vigente, devendo, ainda, fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, em relação aos empregados que efetivamente participarem da execução do contrato, especialmente:
- 10.3.2.1. Ao pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;
- 10.3.2.2. À concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio- transporte, auxílio- alimentação e auxílio- saúde, quando for devido;
- 10.3.2.3. Aos depósitos do FGTS; e
- 10.3.2.4. Ao pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.
- 10.3.3. A Contratante também deve assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive os equipamentos e a as instalações, que devem apresentar condições adequadas ao cumprimento, pela Contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

11. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1. Descumpridas as obrigações e condições de licitação/contratação previstas neste Termo de Referência, e/ou, no Edital, e/ou no Contrato, serão aplicadas as penalidades conforme hipótese e gradação descritas nos artigos 155, 156 e ss. da Lei nº 14.133, de 2021; aplicável, no que cabível, a Instrução Normativa DG/DNIT nº 06, de 2019 com as alterações feitas pela Instrução Normativa DG/DNIT nº 10, de 22 de agosto 2019 e pela Instrução Normativa DG/DNIT nº 52, de 03 de agosto de 2021; e eventuais alterações ou edições subsequentes.
- 11.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
- 11.2.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;
- 11.2.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 11.2.3. Der causa à inexecução total do contrato;
- 11.2.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 11.2.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 11.2.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 11.2.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 11.2.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 11.2.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 11.2.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 11.2.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e
- 11.2.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 11.3. Serão aplicadas ao CONTRATADO que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 11.3.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 11.3.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens “11.2.2”, “11.2.3”, “11.2.4”, “11.2.5”, “11.2.6” e “11.2.7” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos. (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 11.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “11.2.8”, “11.2.9”, “11.2.10” “11.2.11” e “11.2.12” do subitem acima, bem como nas alíneas alíneas “11.2.2”, “11.2.3”, “11.2.4”, “11.2.5”, “11.2.6” e “11.2.7”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar e contratar e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 11.3.4. Multa;
- 11.3.4.1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 11.3.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado, calculada sobre a parcela inadimplida dos valores não pagos referentes a salários e demais verbas trabalhistas e previdenciárias;
- 11.3.4.3. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
- 11.3.4.4. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para a apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021;
- 11.3.4.5. Compensatória, para as infrações administrativas descritas nos subitens “11.2.5” e “11.2.8”, de 20% do valor do Contrato;
- 11.3.4.6. Compensatória, para inexecução total do contrato prevista no subitem “11.2.3” de infrações administrativas, de 20% do valor do Contrato;
- 11.3.4.7. Para infração descrita no subitem “11.2.2” de infrações administrativa, a multa será de 15% do valor do Contrato;
- 11.3.4.8. Para infrações descritas no subitem “11.2.4” de infrações administrativas, a multa será de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) do valor do Contrato por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 dias. 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder os 30 dias, na entrega de material ou execução de serviços, calculados desde o trigésimo primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional e a critério do órgão contratante; e
- 11.3.4.9. Para a infração descrita no subitem “11.2.1” de infrações administrativas, a multa será de 15% do valor do Contrato.

- 11.4. A aplicação das sanções previstas neste termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.5. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.8. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 11.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de idoneidade para licitar ou contratar.
- 11.10. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- 11.10.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 11.10.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 11.10.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes; e
- 11.10.4. Os danos que dela provierem para o Contratante.
- 11.11. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 11.13. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.14. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 11.16. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

12.1. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

- 12.1.1. Os serviços serão medidos mensalmente, de acordo com o contratado e respeitando no mínimo o percentual de cada parcela, de acordo com o cronograma físico- financeiro adotado e aceito pelo DNIT. Os preços serão os constantes da proposta de preços aprovada.
- 12.1.2. As medições das etapas concluídas após o prazo previsto no cronograma físico- financeiro contratual poderão ser efetivadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas.
- 12.1.3. O Boletim de Medição deverá ser entregue até o quinto dia útil do mês subsequente ao da execução dos serviços.
- 12.1.4. A liberação das medições para pagamento não isenta a Contratada, caso necessário, de refazer o serviço ou de prover eventuais reparos, que serão de inteira responsabilidade da Contratada, sem ônus para o DNIT.
- 12.1.5. As medições mensais deverão seguir o preconizado nas especificações de serviço do DNIT e serão elaboradas pela Fiscalização, com os dados lançados no módulo do Sistema de Medições do DNIT, conforme premissas do Boletim Eletrônico de Medição – BEM. Essas deverão ser atestadas pelo Engenheiro Fiscal do contrato. Entretanto, caso o BEM não esteja operando em sua integralidade, as medições serão processadas por meio convencional já utilizado pelo DNIT, constando de folhas- resumo com a relação de serviços, quantidades parciais e totais, conforme cronograma de atividades aprovado.
- 12.1.6. Mesmo que não haja serviços a serem medidos, a medição deverá ser processada com valor zero.
- 12.1.7. No caso de ocorrer antecipação da execução física, dentro do período, em uma ou mais etapas do cronograma, esta poderá ser considerada para efeito de medição, desde que a parcela seguinte seja atingida e exista saldo de empenho para sua cobertura.
- 12.1.8. Para um determinado evento, se o cronograma estiver atrasado, ele somente será considerado atendido no momento em que os percentuais acumulados executados coincidirem ou ultrapassarem os previstos, podendo ser medido juntamente com as demais parcelas para a etapa em andamento.
- 12.1.9. Os serviços a serem executados deverão seguir rigorosamente as orientações do DNIT e as metodologias indicadas para cada tipo de serviço e as normas técnicas vigentes.
- 12.1.10. Apenas serão aceitos os serviços acabados e concluídos.
- 12.1.11. As medições serão realizadas de acordo com os Volumes de Projetos básico e executivo de engenharia concluídos e aprovados/aceitos pelo DNIT sem nenhuma pendência.
- 12.1.12. São os seguintes os Volumes dos Projetos Básico e Executivo de engenharia previstos, que podem variar de acordo com o seu tipo (1 a 2), conforme pode ser visto no Anexo IX - Resumo do Orçamento Referencial (SEI nº 22939004) e nas planilhas do Anexo V, VI, VII E VIII - Orçamento de Referência (SEI nº. 22936430, 22938716, 22938806, 22938938):

Quadro 01- Volumes dos Projetos Básico e Executivo de engenharia previstos

1. VOLUME I: ESTUDOS E LEVANTAMENTOS DE CAMPO;
2. VOLUME II: ESTRUTURAS, EDIFICAÇÕES E INSTALAÇÕES;
3. VOLUME III: OBRAS CIVIS COMPLEMENTARES;
4. VOLUME IV: ORÇAMENTOS RESUMO, SINTÉTICO E ANALÍTICO; CURVAS ABC; PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO DAS OBRAS E SERVIÇOS; E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO (MODELOS BIM E 5D); e
5. VOLUME V: DOCUMENTAÇÃO.

- 12.1.13. Os quadros 01 a 02 apresentam os Critérios de Medição dos Volumes II a VI dos Projetos básico e executivo de engenharia (tipos 1 e 2) para a IP4 de Autazes/AM. Para o cálculo do valor a ser medido mensalmente de cada um dos Projetos Básico e Executivo de Engenharia informados no Anexo IX -

Resumo do Orçamento Referencial (SEI nº 22939004), os percentuais apresentados nos citados Quadros incidirão sobre o valor total de cada Projeto Básico e Executivo de Engenharia apresentado pelo Licitante vencedor em sua Proposta de Preços.

Quadro 02- Critérios de medição dos volumes II ao VI do Projeto Básico e Executivo de Engenharia Tipo 1

ORÇAMENTO DETALHADO REFERENCIAL PROJETO BÁSICO E EXECUTIVO TIPO 1			
OBRAS DE CONTENÇÃO PARA COMBATER DESMORANAMENTOS DECORRENTES DE FENÔMENOS DAS TERRAS CAÍDAS			
FASE DE ELABORAÇÃO DOS PROJETOS BÁSICO E EXECUTIVO DE ENGENHARIA			100,0000%
VOLUMES II A VI			
VOLUME II: ESTRUTURAS, EDIFICAÇÕES E INSTALAÇÕES	UN	1,00	23,8295%
VOLUME III: OBRAS CIVIS COMPLEMENTARES	UN	1,00	64,0321%
VOLUME IV: OBRAS DE ATRACAÇÃO/ACOSTAGEM - FLUTUANTES, BERÇOS, PONTES E FUNDEIOS	UN	1,00	0,0000%
VOLUME V: ORÇAMENTOS RESUMO, SINTÉTICO E ANALÍTICO; CURVAS ABC; PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO DAS OBRAS E SERVIÇOS; E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO (MODELOS BIM 4 E 5D)	UN	1,00	9,1418%
VOLUME VI: DOCUMENTAÇÃO	UN	1,00	2,9967%
TOTAL GERAL (PROJETO TIPO 1 - IP4 AUTAZES)			100,00000%

Quadro 03- Critérios de medição dos volumes II ao VI do Projeto Básico e Executivo de Engenharia Tipo 2

ORÇAMENTO DETALHADO REFERENCIAL PROJETO BÁSICO E EXECUTIVO TIPO 2			
OBRAS DE CONTENÇÃO PARA RESOLVER PROBLEMAS DE RECALQUES, EROSÕES E PATOLOGIAS			
FASE DE ELABORAÇÃO DOS PROJETOS BÁSICO E EXECUTIVO DE ENGENHARIA			100,0000%
VOLUMES II A VI			
VOLUME II: ESTRUTURAS, EDIFICAÇÕES E INSTALAÇÕES	UN	1,00	29,8246%
VOLUME III: OBRAS CIVIS COMPLEMENTARES	UN	1,00	54,9831%
VOLUME IV: OBRAS DE ATRACAÇÃO/ACOSTAGEM - FLUTUANTES, BERÇOS, PONTES E FUNDEIOS	UN	1,00	0,0000%
VOLUME V: ORÇAMENTOS RESUMO, SINTÉTICO E ANALÍTICO; CURVAS ABC; PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO DAS OBRAS E SERVIÇOS; E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO (MODELOS BIM 4 E 5D)	UN	1,00	11,4417%
VOLUME VI: DOCUMENTAÇÃO	UN	1,00	3,7506%
TOTAL GERAL (PROJETO TIPO 2 - IP4 AUTAZES)			100,00000%

12.1.14. O Volume I - Estudos e Levantamentos Preliminares e Equipamentos serão medidos individualmente, de acordo com a proposta de preços do Licitante vencedor do certame, desde que tenha sido entregue e aprovado/aceito pelo DNIT, sem nenhuma pendência.

12.1.15. As Despesas com consultor especial, equipe fixa, escritório, mobiliário e veículos serão medidas mensalmente, desde que todas as previsões de entrega para o mês da medição tenham sido cumpridas, conforme Cronograma Físico- Financeiro apresentado na proposta de preços pelo Licitante vencedor do certame licitatório, para o período mensal de medição.

12.1.16. Se os Projetos Básico e Executivo de Engenharia previstos para o período mensal de uma medição forem entregues de forma parcial, as Despesas com consultor especial, equipe fixa, escritório, mobiliário e veículos serão pagas de forma proporcional, ou seja, o valor da medição mensal das mencionadas Despesas será calculado de forma proporcional ao cumprimento das previsões do Cronograma Físico- Financeiro, apresentado pelo Licitante vencedor do certame licitatório, relativas ao período da referida medição mensal. Essa proporção será calculada dividindo-se o valor total dos Projetos Básico e Executivo de Engenharia entregues no citado mês e aprovados sem pendências pelo valor total dos Projetos Básico e Executivo de Engenharia previstos para o respectivo período mensal da mencionada medição, conforme o Cronograma Físico- Financeiro.

12.1.17. Para todos os preços valem as condições seguintes:

12.1.17.1. Todos os preços devem corresponder a serviço pronto, sendo que na sua execução estarão incluídas todas e quaisquer despesas, mesmo quando não mencionadas expressamente;

12.1.17.2. Não haverá incidência de quaisquer taxas sobre materiais fornecidos pelo DNIT; e

12.1.17.3. Todos os preços incluem a remuneração de mão de obra, inclusive profissionais especializados, instalações, equipamentos, encargos sociais e demais despesas decorrentes da execução dos serviços.

12.2. PAGAMENTO

12.2.1. O DNIT pagará à Contratada pelos serviços contratados e executados o preço integrante da Proposta aprovada, ressalvada a incidência de reajustamento e a ocorrência de imprevistos, conforme a Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021. Fica expressamente estabelecido que os preços incluem todos os insumos e transportes, bem como impostos, taxas, custos financeiros, lucros e bonificações, de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas no Edital e demais documentos da Licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

12.2.2. Obedecendo ao Cronograma Físico- Financeiro, a ser apresentado, conforme o Quadro 01 e o item 11 deste Anexo I - Termo de Referência, com o prazo de execução dos contratos gerados a partir desta Licitação, que é de 5 (cinco) meses ou 150 (cento e cinquenta) dias consecutivos, devidamente aprovado por esta Autarquia, será procedida à medição dos serviços.

12.2.3. Emitido o Atestado de conformidade, a Contratada deverá apresentar na sede da SRE-AM, as Notas Fiscais correspondentes à medição, que será encaminhada à Coordenação- Geral competente após devidamente atestada pela referida SRE.

12.2.4. Será observado o prazo de até 30 (trinta) dias, para pagamento, contados a partir da data da aprovação da medição pela Fiscalização do DNIT que, por sua vez, terá o prazo de 15 (quinze) dias para a conclusão do processo de aprovação.

12.2.5. O pagamento referente a cada medição será liberado mediante comprovação, pela Contratada, da Regularidade Fiscal nos termos do Edital.

12.2.6. Sendo constatada qualquer irregularidade em relação à situação cadastral da Contratada, esta será formalmente comunicada de sua situação irregular, para que apresente justificativa e comprovação de regularidade. Caso não se verifique que a Empresa regularizou sua situação, estará sujeita ao enquadramento nos motivos do Art. 137, da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores.

12.2.7. Durante a execução do contrato serão seguidas as diretrizes da Instrução Normativa nº 1/DNIT SEDE, de 24 de janeiro de 2023, que define as regras de reajustamento de preços contratuais em função da data-base da Proposta, garantindo à Contratada a atualidade dos preços praticados, evitando defasagens que possam ocasionar o rompimento da equação originalmente estabelecida.

12.2.8. Com o objetivo de mitigar eventuais riscos que possam decorrer da contratação e dispêndio de recursos pelo particular com vistas a evitar prejuízos ao patrimônio público e ao próprio objeto do contrato são exigidos tanto Garantia quanto Seguro nesta contratação.

12.2.9. Para o eventual descumprimento contratual e/ou porventura, conduta ilícita, a fim de se identificar os pressupostos caracterizadores da infração e a precisa extensão da penalidade cabível, são incluídas ao contrato as sanções do Edital padrão do DNIT.

12.2.10. No que se refere a atualização financeira, aplica-se o disposto no Item 5 (cinco) do anexo XI da IN nº 5, de 26 de maio de 2017, que diz que, quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$R = \frac{TX \times 100}{365}$$

$$EM = I \times N \times VP; \text{onde:}$$

$$I = \text{índice de atualização financeira}$$

$$TX = \text{percentual da taxa de juros de mora anual}$$

$$EM = \text{encargos moratórios}$$

$$N = \text{nº de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento}$$

$$VP = \text{valor da parcela em atraso}$$

12.2.11. Conforme Item 5.1 (cinco ponto um) do anexo XI da IN nº 5, de 26 de maio de 2017, na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e serem submetidos à apreciação da Autoridade Superior Competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de Responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa à mora.

13. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

13.1. Ver Anexo IV - Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, de dezembro de 2020 (SEI nº 22941895), aprovado pela Resolução/DNIT nº 20/2020.

13.2. O acompanhamento, a supervisão e a fiscalização da execução do contrato consistirão nos critérios a serem estabelecidos para a avaliação da qualidade e de aceite dos serviços prestados em consonância aos recursos alocados, utilizando-se de instrumentos de controle para compreensão e mensuração dos seguintes aspectos:

13.2.1. Resultados alcançados em relação à Contratada;

13.2.2. Verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;

13.2.3. Recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação Profissional exigida;

13.2.4. Qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;

13.2.5. Adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida; e

13.3. Cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato na forma prevista na Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e suas alterações posteriores.

Fiscalização

13.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) Fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do caput do art. 117 da Lei nº 14.133/21.

13.5. O DNIT indicará, por meio de Portaria, um representante da Administração para acompanhar e fiscalizar a execução das atividades inerentes ao objeto contratado, conforme disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/21.

13.6. Caberá ao Fiscal do Contrato, designado por Portaria do Superintendente Regional do DNIT no Estado do Amazonas, fazer cumprir todas as exigências legais (vide Lei nº 14.133/21 e Decreto nº 11.246 de 27 de outubro de 2022) e do DNIT e supervisionar as atividades sob responsabilidade da empresa, assim como acompanhar e controlar o desembolso das respectivas parcelas mensais a serem medidas, em conformidade com as regras dispostas na lei.

Fiscalização Técnica

13.7. O Fiscal Técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

13.8. O Fiscal Técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133/21, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

13.9. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o Fiscal Técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

13.10. O Fiscal Técnico do contrato informará ao Gestor do Contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

13.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o Fiscal Técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao Gestor do Contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

13.12. O Fiscal Técnico do contrato comunicará ao Gestor do Contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

13.13. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

13.14. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

13.15. Fiscalização Administrativa

13.16. O Fiscal Administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

13.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o Fiscal Administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao Gestor do Contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

13.18. O Gestor do Contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais,

- 18/05/2026, 09:20SEI/DNIT - 24054046 - Termo de Referência
- elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

13.19. O Gestor do Contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

13.20. O Gestor do Contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

13.21. O Gestor do Contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

13.22. O Gestor do Contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/21, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

13.23. O Gestor do Contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

13.24. O Gestor do Contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

13.25. Receber e dar encaminhamento imediato:

13.25.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto nº 12.174/2024;

13.25.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

14. **PROPOSTAS E HABILITAÇÃO**

14.1. **PROPOSTAS**

14.1.1. A Proposta de preços, que compreende a descrição do objeto, conforme o Quadro 04 abaixo deverá ser compatível com as especificações constantes no EDITAL e seus anexos, bem como atender as seguintes exigências:
- Quadro 04 - Informações essenciais para o lançamento dos itens no sítio do COMPRAS.GOV.BR
- | Lote | Especificação | Unid. | Qtde. | Valor Unit. | Valor Total |
|-------------------|---|-------|-------|---------------------------------|---------------------------------|
| Item nº _ | Estudos Preliminares e Equipamentos da IP4 do município de Autazes/AM | % | 100% | A ser preenchido pela Licitante | A ser preenchido pela Licitante |
| Item nº _ | Elaboração dos Projetos Básico e Executivo Tipo (1) | % | 100% | A ser preenchido pela Licitante | A ser preenchido pela Licitante |
| Item nº _ | Elaboração dos Projetos Básico e Executivo Tipo (2) | % | 100% | A ser preenchido pela Licitante | A ser preenchido pela Licitante |
| Item nº _ | Consultor especial, equipe fixa, escritório, mobiliário e veículos | % | 100% | A ser preenchido pela Licitante | A ser preenchido pela Licitante |
| Valor Total (R\$) | | | | | |
- 14.1.1.1. Descrição do serviço, observadas as mesmas especificações constantes do Edital, de forma clara e específica, descrevendo detalhadamente as características do serviço ofertado, bem como preços unitários e totais, detalhados em Planilha, conforme modelo apresentado no Anexo XII, XIII, XV e XV - Modelo de Proposta de Preços Planilha de Custos e Formação de Preços (SEI nº. 22939345, 22942633, 22942679, 22942729);

14.1.1.2. Observa-se, ainda, que o Licitante não pode cotar nem colocar preços superiores aos estabelecidos pelo V, VI, VII E VIII - Orçamento de Referência (SEI nº. 22936430, 22938716, 22938806, 22938938) , fixados pela Administração Pública, sejam eles preços unitários ou preços totais;

14.1.1.3. Não são permitidas alterações nas quantidades ou exclusões dos itens constantes no Anexo XII, XIII, XIV e XV - Modelo de Proposta de Preços Planilha de Custos e Formação de Preços (SEI nº 22939345, 22942633, 22942679, 22943296); e

14.1.1.4. O Licitante deverá seguir os valores de BDI estabelecidos nas Planilhas Orçamentárias de Referência. Quaisquer diferenças na alíquota do ISSQN aplicável serão ajustadas de acordo com as diretrizes da Instrução Normativa nº 37/DNIT SEDE, de 15 de julho de 2021, e as alterações da Instrução Normativa nº 18/DNIT SEDE, de 16 de agosto de 2022. O licitante deverá seguir o disposto na súmula 254 do TCU a respeito do IRPJ e CSLL na composição do BDI, conforme o enunciado assim lançado:

(...)

67. Dessa forma, é vedada a inclusão do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) no orçamento estimativo da licitação.

68. No entanto, é lícita a inclusão na composição do BDI do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) constante das propostas das licitantes. É legítimo que empresas considerem esses tributos quando do cálculo da equação econômico-financeira de suas propostas, desde que os preços praticados estejam de acordo com os paradigmas de mercado.

69. Em relação ao BDI para materiais e equipamentos, a Administração deve observar o que dispõe a Súmula nº. 253 do TCU, que trata do BDI reduzido:

(...)

14.1.2. Na elaboração da Proposta de Preços é necessário que o Licitante apresente a Planilha Orçamentária Resumida (conforme modelo do Anexo XII, XIII, XIV e XV Modelo de Proposta de Preços - Planilha de Custos e Formação de Preços - SEI nº 22939345, 22942633, 22942679, 22942729) e um Cronograma Físico- Financeiro (conforme o Anexo X - Modelo de Cronograma Físico- Financeiro - SEI nº. 22939120), devidamente preenchidos, na data-base: **JUL/2025**, em moeda corrente Nacional, incluindo todas as despesas diretas e indiretas necessárias à plena Elaboração dos Projetos Básico e Executivo da IP4 citada neste Anexo I - Termo de Referência. As Propostas devem possuir prazo de validade de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua entrega.

14.1.3. O Cronograma Físico- Financeiro deverá ser elaborado, de acordo com o X - Modelo de Cronograma Físico- Financeiro (SEI nº. 22939120) e com base na Planilha Orçamentária, elaborada conforme o Anexo XII, XIII, XIV e XV - Modelo de Proposta de Preços - Planilha de Custos e Formação de Preços (SEI
- https://sei.dnit.gov.br/sei/controlador.php?acao=procedimento_trabalhar&acao_origem=procedimento_controlar&acao_retorno=procedimento_...

11/22

nº. 22939345, 22942633, 22942679, 22942729), representando graficamente o desenvolvimento dos projetos básicos de engenharia a serem elaborados ao longo do prazo de execução contratual, demonstrando, em cada período, os percentuais físicos a serem executados e o respectivo valor financeiro a ser despendido.

14.1.4. Na Proposta de Preços, não poderá haver preço unitário inexecutável, assim como, não poderá haver preço unitário com valor superior ao dos Orçamentos de Referência supracitados.

14.2. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

14.2.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento por TÉCNICA E PREÇO, modo de disputa FECHADO.

14.2.2. O julgamento das propostas técnicas será de acordo com os critérios estabelecidos no ANEXO II - CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA (SEI nº. 22943305) do Termo de Referência.

14.2.3. Assim, a Nota da Proposta Técnica (NPT) será calculada de acordo com a seguinte equação:

$$NPT = \sum (\text{Pontuação Etapa 1} + \text{Pontuação Etapa 2})$$

Os procedimentos de ponderação e de valoração das propostas de preço, se darão conforme o seguinte parâmetro matemático:

$$NPP = 100 \times (X1 / X2) \quad \text{NPP - Nota da Proposta de Preço do Licitante:}$$

X1 - Menor valor global proposto entre os licitantes classificados; e

X2 - Valor global proposto pelo licitante classificado.

Nota Final (NF): a atribuição da Nota Final (NF) será calculada por meio da seguinte fórmula:

$$NF = (NPT \times 70\%) + (NPP \times 30\%)$$

14.3. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

14.3.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

14.3.1.1. Habilitação Jurídica;

14.3.1.2. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista;

14.3.1.3. Qualificação Econômico- Financeira; e

14.3.1.4. Qualificação Técnica.

14.4. HABILITAÇÃO JURÍDICA

14.4.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

14.4.2. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

14.4.3. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

14.4.4. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

14.4.5. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

14.4.6. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

14.4.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

14.5. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

14.5.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

14.5.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

14.5.3. A existência de registro no CADIN constitui, atualmente, fator impeditivo para celebração de contratos (e aditivos) que envolvam desembolso, a qualquer título, de recursos públicos, nos termos do novel art. 6-A (incluído pela Lei nº 14.973, de 2024) c/c art. 6º, inciso III, ambos da Lei nº 10.522, de 2002;

14.5.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

14.5.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

14.5.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

14.5.7. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

14.5.8. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

14.6. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

14.6.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

14.6.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II);

14.6.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando: Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) inferiores, iguais ou superiores a 1 (um), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da licitação;

14.6.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

- 14.6.5. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 14.6.6. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 14.6.7. No caso de consórcios será exigido acréscimo de 30% (trinta por cento) para comprovação dos requisitos de habilitação econômico-financeira.
- 14.6.8. Diante da relevância da presente contratação, não apenas pelo volume financeiro envolvido, mas sobretudo em face das características do serviço a ser prestado, faz-se necessário estabelecer percentual máximo de Patrimônio Líquido dos licitantes de modo a zelar para que seja contratado fornecedor apto a conduzir o contrato resultante desta licitação.
- 14.6.9. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- 14.6.10. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

14.7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 14.7.1. Em atendimento ao disposto no Art. 67, da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, tem-se:
- 14.7.2. Capacidade Operacional: A LICITANTE (pessoa jurídica) deve ter experiência na execução do objeto de mesmo caráter e de igual complexidade ou superior, que comprove a parcela relevante, no que couber, de acordo com a Tabela adiante, elaborada conforme o disposto na Instrução Normativa Nº 58/DNIT SEDE, de 17 de setembro de 2021, conforme anotação em acervo técnico e Atestado de boa execução, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado
- 14.7.3. Capacidade Profissional: Os Responsáveis Técnicos devem ter experiência na execução de objeto de mesmo caráter e de igual complexidade ou superior, que comprove a parcela relevante, no que couber, de acordo com a Tabela adiante, elaborada conforme o disposto na Instrução Normativa Nº 58/DNIT SEDE, de 17 de setembro de 2021, conforme anotação em acervo técnico e Atestado de boa execução, emitido por pessoa jurídica e registrado no Conselho de Classe Competente. Cada Responsável Técnico só poderá representar uma única Empresa, sob pena de inabilitação da(s) LICITANTE(s).
- 14.7.4. Certidão comprobatória de inscrição ou registro da(s) LICITANTE(s) e dos seus Responsáveis Técnicos no Conselho de Classe Competente, da Região a que estiver vinculada, que comprove o exercício da atividade relacionada com o objeto da Licitação.
- 14.7.5. Relação de comprovação da LICITANTE ter executado, através de Certidão e/ou Atestado, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente certificado pelo Conselho de Classe Competente.

14.8. CAPACIDADE OPERACIONAL

- 14.8.1. As empresas licitantes deverão comprovar registro ou inscrição na entidade profissional competente conforme art. 67 da Lei 14.133/2021, quando couber. Também deverão comprovar por intermédio de atestados e/ou certidões emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome dela, que executaram os serviços técnicos.
- 14.8.2. Para o licitante consorciado, será permitida a apresentação de 01 (um) atestado por empresa consorciada, conforme Art. 7º da Instrução Normativa nº 58/DNIT SEDE, de 17 de setembro de 2021.
- 14.8.3. Quando a certidão e/ou atestado não for emitida pelo contratante principal do serviço, deverão ser apresentados os documentos a seguir:
- 14.8.3.1. Declaração formal do contratante principal, confirmando que o licitante tenha participado da execução do serviço objeto do contrato;
- 14.8.3.2. Autorização da subcontratação pelo contratante principal, em que conste o nome do licitante subcontratado para o qual se está emitindo o atestado; e
- 14.8.3.3. Contrato firmado entre o contratado principal e o licitante subcontratado, devidamente registrado no CREA.
- 14.8.4. Deverão ser comprovados pela(s) LICITANTE(s) ao menos 20% (vinte por cento) das quantidades contratadas. Serviços a serem comprovados pela(s) LICITANTE(s):

Quadro 05 - Relação de serviços a ser(em) comprovado(s) pela(s) LICITANTE(S)

Item	Serviços a Serem Comprovados	Unid.	Quant.
1	Elaboração de Projeto Básico e Executivo de Engenharia de Obras de Contenção	M2	200
2	Elaboração de Projeto Básico e Executivo para Construção e/ou Reforma de Estruturas Cíveis	M2	200

14.9. CAPACIDADE PROFISSIONAL

- 14.9.1. Os técnicos indicados para avaliação da capacidade profissional deverão comprovar registro ou inscrição na entidade profissional competente conforme art. 67 da Lei 14.133/2021, em nome do Profissional, como Responsável Técnico, comprovados mediante Atestados e/ou Certidões de capacidade técnica por execução de serviços compatíveis objeto da Licitação.
- 14.9.2. Serão avaliadas as capacidades técnicas dos técnicos indicados com a comprovação de experiência na prestação dos serviços relacionados a seguir:

Quadro 06 - Relação de serviços a ser(em) comprovado(s) pela(s) LICITANTE(S)

Item	Serviços a Serem Comprovados
1	Elaboração de Projeto Básico e Executivo de Engenharia de Obras de Contenção
2	Elaboração de Projeto Básico e Executivo para Construção e/ou Reforma de Estruturas Cíveis

- 14.9.3. Apresentação do Atestado de Visita ou da Declaração de Conhecimento do Local da Obra devidamente assinada pelo Responsável Técnico da Empresa, nos termos do item 4.7 - VISTORIA do presente documento.
- 14.9.4. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- 14.9.5. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 14.9.6. Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, em plena validade.
- 14.9.7. Prova de registro ou inscrição da empresa junto ao Conselho Profissional Competente, quando couber. No caso de formação de consórcio, sendo uma das empresas relacionadas a Engenharia Consultiva, a mesma deverá ser registrada junto ao CREA, bem como o próprio consórcio.
- 14.9.8. Cada Responsável Técnico só poderá representar uma única empresa, sob pena de inabilitação das Licitantes.
- 14.9.9. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.
- 14.9.10. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

14.9.11. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

14.9.12. Os critérios de avaliação da capacitação e experiência da empresa estão diretamente associados à solicitação de atestados vinculados às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação.

14.9.13. A capacitação e experiência da empresa serão comprovadas por meio da Certidão de Acervo Técnico – CAT ou Certidão de Acervo Operacional – CAO (RESOLUÇÃO CONFEA Nº 1.137, DE 31 DE MARÇO DE 2023), e/ou documentação específica similar, que a Licitante possui experiência anterior na execução das atividades definidas como principal do objeto a ser licitado, do ponto de vista qualitativo e quantitativo, trazendo a definição dos itens de maior relevância do objeto.

14.9.13.1. Quando a certidão e/ou atestado e/ou declaração não for emitida pelo contratante principal da obra (órgão ou ente público), deverá ser juntada à documentação principal da obra (órgão ou ente público), à seguinte documentação:

14.9.13.2. Declaração formal do contratante principal, confirmando que o licitante ou o responsável técnico indicado tenha participado da execução do serviço objeto do contrato;

14.9.13.3. Autorização da subcontratação pelo contratante principal em que conste o nome do Licitante subcontratado para o qual foi emitido o atestado;

14.9.13.4. Contrato firmado entre contratado principal e licitante subcontratado, devidamente registrado no CREA; e

14.9.13.5. No caso do Responsável Técnico, a comprovação se dará por meio de carteira profissional de trabalho e Ficha de Registro de Empresa – FRE acompanhados do recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, todos esses documentos com data referente ao período de execução do objeto do atestado/certidão/declaração.

14.9.14. A não apresentação de documentação comprobatória prevista no subitem não importará na inabilitação sumária da licitante, mas a sujeitará à diligência documental pela Comissão.

14.9.15. Caso não sejam confirmadas as informações contidas nos atestados/certidões/declarações fornecidos por empresas privadas, a licitante será considerada inabilitada para o certame.

14.9.16. Apresentar somente o(s) atestado(s) e/ou certidão(ões) e/ou declaração(ões) necessário(s) e suficiente(s) para a comprovação do exigido, e indicar com marca texto os itens que comprovarão as exigências

14.9.17. Será admitida a comprovação do vínculo profissional por meio de contrato de prestação de serviços, celebrado de acordo com a legislação civil comum

14.9.18. Quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa licitante, tal comprovação será feita através do ato constitutivo da mesma e certidão do CREA ou Conselho Profissional competente, devidamente atualizada.

14.9.19. Anexar a(s) declaração(ões) individual(is) por escrito do(s) profissional(ais) apresentado(s) para atendimento às alíneas acima, autorizando sua(s) inclusão(ões) na equipe técnica e que irá(ão) participar na execução dos trabalhos.

14.9.20. Deverão ser observadas as seguintes condições na apresentação dos Atestados:

14.9.20.1. A(s) certidão(ões) e/ou atestado(s) e/ou declaração(ões) apresentado(s) deverá(ão) conter, sempre que aplicável, as seguintes informações básicas:

14.9.20.1.3. Nome do contratado e do contratante;

14.9.20.2. Identificação do objeto do contrato (tipo ou natureza do serviço);

14.9.20.3. Nome do profissional;

14.9.20.4. Localização do serviço (rodovia, trecho, subtrecho, extensão ou local de execução do estudo ou projeto); e

14.9.20.5. Serviços executados.

14.9.21. O atestado ou certidão ou declaração que não atender a todas as características citadas nas condições acima não será considerado pela Comissão de Licitação

14.9.22. Anexar Certidão comprobatória de inscrição ou registro da licitante e dos seus responsáveis técnicos no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, ou em outro conselho competente da região a que estiver vinculada, que comprove o exercício da atividade relacionada com o objeto da licitação.

14.9.23. Anexar Declaração formal emitida pela licitante de que os equipamentos/veículos necessários para execução dos serviços de que trata o objeto desta licitação estarão disponíveis e em perfeitas condições de uso quando da contratação. Esses equipamentos/veículos estarão sujeitos à vistoria “in loco” pela fiscalização do contrato, por ocasião da contratação e sempre que necessário.

14.9.24. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

14.9.25. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

14.9.26. No caso de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

14.9.26.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

14.9.26.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

14.9.26.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

14.9.26.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107; e

14.9.26.5. A comprovação de integração das respectivas quotas- partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

14.9.27. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

14.9.27.1. Ata de fundação;

14.9.27.2. Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

14.9.27.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

14.9.27.4. Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

14.9.27.5. Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

14.9.27.6. Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

14.9.27.7. A última auditoria contábil- financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

15. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

15.1. Aceitam-se nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto do presente contrato, em até 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor inicial atualizado. (Art. 125, da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021).

- 15.2. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que:
- 15.2.1. Sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na Licitação original;
- 15.2.2. Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato;
- 15.2.3. Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado; e
- 15.2.4. Haja a anuência expressa do DNIT à continuidade do contrato.

16. EQUILÍBRIO ECONÔMICO- FINANCEIRO

- 16.1. Ver Minuta de Contrato do EDITAL.
- 16.2. Os casos omissos serão objetos de análise acurada e criteriosa, lastreada em elementos técnicos, por intermédio de Processo Administrativo para apurar o caso concreto.

17. REAJUSTE E ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA

- 17.1. O critério de Reajustamento de Preços é definido no edital de licitação, nos termos do Art. 3º, § 1º da Lei nº 10.192, de 14/02/2001, em função do mês/ano do orçamento contratado, garantindo a atualidade dos preços praticados, evitando defasagens que possam ocasionar o rompimento da equação originalmente estabelecida.

- 17.2. Caso decorra período superior a um ano **CONTADO A PARTIR DA DATA BASE DO ORÇAMENTO REFERENCIAL** os preços contratuais serão reajustados mediante a aplicação de índices setoriais, com fundamento no art. 3º da Lei n. 10.192/01.

- 17.3. Os índices de reajustamento a serem utilizados são aqueles aferidos pela sistemática e mensalmente calculados pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas e divulgados pela Coordenação- Geral de Custos de Infraestrutura de Transportes, subordinada à Diretoria Executiva do DNIT, em consonância com a [Instrução Normativa nº 1/2023 — Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes](https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/planejamento-e-pesquisa/custos-e-pagamentos/custos-e-pagamentos-dnit/indices-de-reajustamentos/indices-de-reajustamentos-de-obras-ferroviario/indice-de-reajustamento-de-obras-portuarias-ago-2024.pdf), disponibilizada no site do DNIT. A atualização dos preços deverá empregar para tanto a Tabela de Índice de Reajustamento elaborado pela FGV - disponível em: <https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/planejamento-e-pesquisa/custos-e-pagamentos/custos-e-pagamentos-dnit/indices-de-reajustamentos/indices-de-reajustamentos-de-obras-ferroviario/indice-de-reajustamento-de-obras-portuarias-ago-2024.pdf> com a associação ao índice de **CONSULTORIA**.

- 17.4. Os preços contratuais, em Reais, serão reajustados da seguinte forma:

- 17.4.1. Pelo índice constante da tabela de preços de consultoria do DNIT, de acordo com a Instrução Normativa nº 1/DNIT SEDE, de 24 de janeiro de 2023;

- 17.4.2. Pela Instrução Normativa nº 1/DNIT SEDE, de 24 de janeiro de 2023 que regulamenta a aplicação dos índices de reajustamentos de obras no âmbito do DNIT;

- 17.4.3. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano do mês- base / data-base do orçamento constante do Edital e seus anexos, porém poderá ser corrigido anualmente, mediante requerimento da contratada;

- 17.4.4. Não se admitirá como encargo financeiro, juros, despesas bancárias e ônus semelhantes; e

- 17.4.5. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

- 17.4.6. Os reajustes dos preços unitários contratuais serão calculados pela seguinte fórmula:

$$R = \frac{(I_i - I_0)}{I_0} \times V$$

Onde:

R = Valor da parcela de reajustamento procurado;

I₀ = Índice de preço verificado no mês do orçamento do DNIT;

I_i = Índice de preço referente ao mês de reajustamento;

V = Valor a preços iniciais da parcela do contrato de obra ou serviço a ser reajustado.

- 17.4.7. Somente ocorrerá este reajuste para as parcelas que ultrapassem o período mencionado e caso o adimplemento da obrigação das parcelas a realizar não estejam atrasadas por culpa da CONTRATADA conforme cronograma físico aprovado pela FISCALIZAÇÃO e GESTÃO do DNIT.

- 17.4.8. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição, mediante aditamento do Contrato, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

- 17.4.9. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará à contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

- 17.4.10. O reajuste será realizado por apostilamento.

18. LICENCIAMENTO AMBIENTAL

- 18.1. A Empresa CONTRATADA deverá observar, acompanhar e controlar sua Equipe e seus eventuais Subcontratados com as práticas de sustentabilidade e os possíveis impactos potenciais das atividades de campo sobre o Meio Ambiente de forma integrada, respeitando os critérios para os casos aos quais se apliquem:

- 18.1.1. Consumo excessivo de materiais e insumos: a CONTRATADA executora deve adotar práticas que evitem desperdício de água potável, papel, energia, materiais descartáveis, entre outros, no canteiro a ser implantado; e

- 18.1.2. Atendimento às Instruções Normativas do DNIT, em especial a Instrução Normativa Nº 61/DNIT SEDE, de 17 de setembro de 2021, que trata da Responsabilidade Ambiental das Contratadas - RAC.

- 18.2. Para os casos em que se aplique, a Empresa CONTRATADA deverá realizar um Plano onde esteja descrito:

- 18.2.1. A metodologia de identificação dos possíveis riscos e avaliação dos impactos e os critérios adotados para a interpretação e análise de suas alterações;

- 18.2.2. A descrição detalhada dos impactos sobre cada fator ambiental relevante considerado com o diagnóstico ambiental: os impactos devem estar agrupados em função do meio (físico, biótico ou socioeconômico) e relacionado à (s) atividade (s) capaz (es) de gerá-lo (s); e

- 18.2.3. As medidas mitigadoras, compensatórias e programas de controle e monitoramento a serem realizados.

19. PROJETO BÁSICO E EXECUTIVO

- 19.1. Projeto Básico e Executivo de Engenharia é o conjunto de elementos que define a Obras/Serviços que compõem o Empreendimento, de tal modo que suas características básicas e desempenho almejado estejam perfeitamente definidos nos Levantamentos de Campo (Topobatemétricos), Estudos (Hidrometeorológicos e Geotécnicos), nas Memórias Justificativas (Apresentação do Empreendimento, Memórias Descritivas/Cálculo e Especificações Técnicas), nas Peças Gráficas (Desenhos), na Orçamentoção e Planejamento (Planilha Orçamentária, Composições de Custos Unitários – CCU, Cronograma Físico-Financeiro e Plano de Execução da Obra) e demais elementos técnicos necessários e suficientes a precisa caracterização da obra e de seu custo.

- 19.2. O Projeto Básico e Executivo de Engenharia é uma fase perfeitamente definida de um conjunto mais abrangente de Estudos e Projetos, precedido por Estudos Preliminares, projeto básico e executivo de Engenharia, Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental – EVTEA, quando couber, e sucedido pela fase do Projeto Executivo de Engenharia para posterior início das obras.

- 19.3. Cabera à CONTRATADA a elaboração do Projeto Básico e Executivo de Engenharia, necessário e satisfatório à execução do Empreendimento, com nível máximo de detalhamento possível de todas as suas etapas. Para tanto, deverão ser levados em consideração os elementos técnicos fornecidos pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT.
- 19.4. Para subsidiar a elaboração do Projeto Básico e Executivo de Engenharia será necessária a realização das seguintes ações/etapas:
- 19.4.1. Levantamentos de Campo Topobatimétricos complementares detalhados;
- 19.4.2. Elaboração de Estudos Hidrometeorológicos e Geotécnicos complementares detalhados;
- 19.4.3. Realização de Ensaio de laboratório – solos e concreto;
- 19.4.4. Realização de Ensaio não destrutivos – ultrassom; e
- 19.4.5. Emissão das Anotações de Responsabilidade Técnica – ART referente a elaboração do Projeto Básico e Executivo de Engenharia e outros documentos.
- 19.5. Para subsidiar a aprovação e/ou aceitação do Projeto Básico e Executivo de Engenharia será necessária a realização das seguintes ações/etapas:
- 19.5.1. Desenvolvimento do Projeto Básico e Executivo de Engenharia pela CONTRATADA;
- 19.5.2. Apresentação do Projeto Básico e Executivo de Engenharia à Fiscalização do DNIT;
- 19.5.3. Aprovação e/ou aceitação do Projeto Básico e Executivo de Engenharia pela Fiscalização do DNIT; e
- 19.5.4. Aprovação do Projeto Básico e Executivo de Engenharia junto aos Órgãos Regulamentadores, no que se aplicar.
- 19.6. O prazo para entrega do Projeto Básico e Executivo a Fiscalização do DNIT será de 90 (noventa) dias após a Ordem de Início dos Serviços.
- 19.7. O desenvolvimento do Projeto Executivo deve ser realizado em sequência ao Projeto Básico, atualizando os detalhes de construção, a utilização dos equipamentos e as instruções de serviços.
- 19.8. Os detalhes de construção serão apresentados complementarmente em Desenhos desenvolvidos para orientar a construção da obra e serão confeccionados em escalas compatíveis com a grandeza dos elementos a serem elucidados nos projetos.
- 19.9. O Projeto Executivo apresentará Levantamento detalhado da quantidade dos materiais a serem empregados na execução da obra, os equipamentos utilizados e os serviços a serem realizados, especificando-os de modo a obter o Orçamento final do Empreendimento e os prazos definitivos para condução das obras, os quais serão apresentados na Planilha Orçamentária e no Cronograma Físico- Financeiro
- 19.10. Deverão seguir a Publicação IPR – 726 – Diretrizes Básicas para Elaboração de Estudos e Projetos Rodoviários (Escopos Básicos/Instruções de Serviço), onde tem todas as Especificações e Instruções de Serviço necessárias.
- 19.11. Toda a documentação técnica elaborada pela CONTRATADA relativa a obras e/ou projetos, será de propriedade exclusiva do DNIT, que dela se utilizará conforme melhor lhe convier.
- 19.12. É vedado a CONTRATADA dar conhecimento, transmitir ou ceder a terceiros, qualquer dado ou documento preparado ou recebido para a execução dos serviços, salvo com prévia autorização expressa pelo DNIT.
- 19.13. O Projeto Básico e Executivo de Engenharia deverá conter, no mínimo, os seguintes Volumes, conforme descrito no Quadro abaixo:

Quadro 07 - Número de vias que compõem os Relatórios do Projeto Básico e Executivo de Engenharia

Nº Vol.	Título	Descrição	Formato
I	APRESENTAÇÃO/ ESTUDOS DE CAMPO (TOPOGRAFIA, BATIMETRIA, GEOTECNIA, HIDROLOGIA, PLANO DE EXECUÇÃO BIM)	Consta a Memória Descritiva da concepção do Empreendimento e todos os Levantamentos de Campo e Estudos complementares ao Projeto Básico e Executivo de Engenharia	A-4
II	ESTRUTURAS E EDIFICAÇÕES (MODELO (S) BIM 3D DE ENGENHARIA)	Consta todos os Desenhos das representações gráficas das soluções de Engenharia previstas e /ou acrescidas no Projeto Básico e Executivo de Engenharia, Memórias Justificativas (Descritiva/Cálculo) e Especificações Técnicas	A-4 e Pranchas
III	OBRAS CIVIS COMPLEMENTARES (MODELO (S) BIM 3D DE ENGENHARIA)		A-4 e Pranchas
IV	ORÇAMENTO RESUMO, SINTÉTICO E ANALÍTICO. CURVA ABC, PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO DAS OBRAS E SERVIÇOS E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO (MODELOS BIM 4 E 5D)	Consta a Planilha Orçamentária incluindo a Memória de Cálculo das Quantidades de Serviços, o Planejamento do Desenvolvimento das Obras e o Cronograma Físico-Financeiro	A-4
V	DOCUMENTAÇÃO	Consta toda a Documentação inerente à elaboração do Projeto Básico/Executivo de Engenharia e a legalização e/ou regularização do Empreendimento, tais como ART, Alvarás, etc.	A-4

- 19.14. O Projeto, em todas as suas etapas, deve obedecer às Normas Técnicas do DNIT.
- 19.15. Os Projetos somente serão aceitos se em estrita obediência às Normas de apresentação de Projeto do DNIT.
- 19.16. Finalizando a elaboração dos Projetos deverá ser apresentado o Relatório Final em vias impressas e em mídia digital (Pen drive) com Planilhas e arquivos editáveis (desbloqueados) e não editáveis (desbloqueados), inicialmente sob a forma de Minuta. Após exame e aprovação do DNIT, deverá ser apresentado em forma de impressão definitiva e mídia digital.
- 19.17. Os Relatórios deverão ser constituídos dos seguintes Volumes, conforme descrito no Quadro 08 abaixo:

Quadro 08 - Volumes que compõem os relatórios do Projeto de Engenharia

Nº Vol.	Título	Nº de Vias			
		SR/AM	DAQ	DPP	Total

I	APRESENTAÇÃO/ ESTUDOS DE CAMPO (TOPOGRAFIA, BATIMETRIA, GEOTECNIA, HIDROLOGIA, PLANO DE EXECUÇÃO BIM)	1	1	1	3
II	ESTRUTURAS E EDIFICAÇÕES (MODELO (S) BIM 3D DE ENGENHARIA)	1	1	1	3
III	OBRAS CIVIS COMPLEMENTARES (MODELO (S) BIM 3D DE ENGENHARIA)	1	1	1	3
IV	ORÇAMENTO RESUMO, SINTÉTICO E ANALÍTICO.CURVA ABC, PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO DAS OBRAS E SERVIÇOS E CRONOGRAMA FÍSICO- FINANCEIRO (MODELOS BIM 4 E 5D)	1	1	1	3
V	DOCUMENTAÇÃO	1	1	1	3

19.18. A impressão definitiva do Projeto deverá estar de acordo com as Minutas dos Projetos aprovados, observadas as correções, complementações e esclarecimentos abordados nas análises elaboradas pelo DNIT.

19.19. **BUILDING INFORMATION MODELLING - BIM**

19.19.1. Em cumprimento ao Decreto nº 10.306, de 2 de abril de 2020, a CONTRATADA, deverá desenvolver o Projeto "As Built", Modelos 3D (Naval, Estrutural e Elétrico), 4 e 5D, conforme a metodologia Building Information Modelling - BIM ou Modelagem da Informação da Construção.

19.19.2. Este capítulo apresenta o BIM Mandate, ou Plano de Execução BIM (Pré- Contrato), que terá por objetivo orientar a aplicação da metodologia BIM ao desenvolvimento do Projeto "As Built" do Porto (IP4) e contempla os seguintes aspectos:

- 19.19.2.1. Informações sobre o Projeto;
- 19.19.2.2. Infraestrutura tecnológica;
- 19.19.2.3. Recursos humanos;
- 19.19.2.4. Objetivos;
- 19.19.2.5. Usos do BIM;
- 19.19.2.6. Nível de desenvolvimento; e
- 19.19.2.7. Controle de qualidade.

19.19.3. Desse modo, este capítulo se aplica ao TERMO DE REFERÊNCIA e por meio do qual instrumentaliza e orienta a utilização do BIM na elaboração do Projeto objeto da presente contratação em atendimento ao Decreto nº 10.306, de 2 de abril de 2020, que estabelece a utilização do BIM na execução direta ou indireta de obras e serviços de Engenharia realizada pelos Órgãos e pelas Entidades da Administração Pública Federal, no âmbito da Estratégia Nacional de Disseminação do Building Information Modelling - Estratégia BIM BR, instituída pelo Decreto nº 9.983, de 22 de agosto de 2019.

19.19.4. O termo BIM (Building Information Modelling) pode ser definido como:

19.19.4.1. "Uma representação digital das características físicas e funcionais de um empreendimento".

19.19.5. Ou ainda:

19.19.5.1. "Com a tecnologia BIM (Building Information Modeling - Modelagem de Informações da Construção), é possível criar digitalmente um ou mais modelos virtuais precisos de uma construção. Eles oferecem suporte ao projeto ao longo de suas fases, permitindo melhor análise e controle do que os processos manuais. Quando concluídos, esses modelos gerados por computador contêm geometria e dados precisos necessários para o apoio às atividades de construção, fabricação e aquisição por meio das quais a construção é realizada."

19.19.6. Segundo a definição dada pelo Decreto nº 10.306, de 2 de abril de 2020:

19.19.7. "(Art. 3º) II - Building Information Modeling - BIM ou Modelagem da Informação da Construção - conjunto de tecnologias e processos integrados que permite a criação, a utilização e a atualização de modelos digitais de uma construção, de modo colaborativo, que sirva a todos os participantes do empreendimento, em qualquer etapa do ciclo de vida da construção."

19.19.8. Esta metodologia tem sido vista como uma mudança de paradigma no Setor da construção civil, sendo que muitos Especialistas comparam o momento atual ao vivido durante o surgimento das primeiras ferramentas CAD para Projetos. A adoção da metodologia BIM traz diversos benefícios a toda cadeia produtiva. A modernização dos processos permite uma maior precisão nos Projetos, a eliminação de conflitos já durante a fase de Projeto e a possibilidade de simulação do funcionamento dos Empreendimentos.

19.19.9. Estas novas características permitem um melhor planejamento das obras resultando em prazos e custos menores, um maior controle de informações e principalmente mais transparência para a contratação de obras. No Mundo, diversos países já têm adotado a metodologia, tornando-a obrigatória para a contratação de novas Obras e Projetos.

19.19.10. À medida que o volume de informações, aplicações e Agentes envolvidos no desenvolvimento de Projetos que fazem uso do BIM aumentam, se faz necessária a disponibilização de diretrizes claras e objetivas, que orientem todos os envolvidos no processo de desenvolvimento e gerenciamento de informações e de como os trabalhos devem ser executados. Como referência internacional, a Norma ISO/DIS 19650-1:2018 - Organization and Digitization of Information About Buildings and Civil , tem a sua aplicação direcionada aos envolvidos nas fases Engineering Works, Including Building Information Modeling (BIM) de contratação, elaboração de Projeto, construção e/ou comissionamento, além de todos os demais envolvidos nas atividades de gerenciamento das etapas contidas no ciclo de vida do Empreendimento. Ainda, segundo a referida Norma, são indicadas recomendações para a estrutura de trabalho e para o gerenciamento de informações, incluindo a troca, arquivamento e versionamento de arquivos.

19.20. **INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA**

19.20.1. A CONTRATADA deve possuir previamente um Plano de Implementação BIM - PIB onde está definido previamente todos os recursos necessários (inclusive tecnológicos) à implantação do BIM em consonância com seu planejamento estratégico.

19.21. **HARDWARE**

19.21.1. A CONTRATADA deve possuir hardware disponível, em quantidade e configuração, para o uso na elaboração dos Projetos e Modelagem das informações da construção que sejam compatíveis com os softwares que serão utilizados na elaboração dos Produtos ora contratados, devendo atender ao menos os requisitos mínimos recomendados para os softwares designados no processo.

19.21.2. Deverá também, ainda, verificar a adequação da rede de dados interna e externa para o atendimento ao trabalho colaborativo.

19.22. SOFTWARES

19.22.1. Os softwares utilizados pela CONTRATADA deverão ser aqueles designados e adequados no fluxo BIM definido no PEB aprovado pela CONTRATANTE, e que será posto em prática no processo de produção do Projeto e Modelo Digital das Informações da Construção, devendo estar em suas versões 2025.

19.22.2. O conjunto de softwares designados no Fluxograma devem permitir os seguintes processos:

19.22.2.1. **Elaboração dos Modelos** de Arquitetura e Engenharia:

19.22.2.1.4. Estruturas;

19.22.2.1.5. Instalações hidráulicas; e

19.22.2.1.6. Instalações elétricas.

19.22.2.2. **Modelagem Geométrica e Paramétrica** dos elementos do Projeto permitindo o armazenamento:

19.22.2.2.7. Das informações tridimensionais das formas dos elementos; e

19.22.2.2.8. Das características funcionais dos elementos.

19.22.2.3. **Integração** das diversas partes e disciplinas do Projeto - Modelo Federado.

19.22.2.4. **Detecção de Interferências**, coordenação entre as diversas partes e disciplinas, e a revisão dos Modelos de Arquitetura e Engenharia.

19.22.2.5. **Extração de Quantitativos** automáticos.

19.22.2.6. **Geração de Documentação Gráfica**, extraída diretamente do Modelo, em formatos ".dwg", ".pdf" e ".xls".

19.22.2.7. **Possibilitar Intercâmbio do Modelo** com outros softwares em formato não proprietário, padrão IFC.

19.22.2.8. **Cronograma** com simulação da obra, possibilitando:

19.22.2.8.9. Rápido e prévio reconhecimento da área de influência do Projeto;

19.22.2.8.10. Estudo de alternativas de locação;

19.22.2.8.11. Apresentação final do modelo, visualizando-se o Projeto integralmente e inserindo na realidade local.

19.23. OBJETIVOS BIM

19.23.1. A definição dos objetivos é importante para que as Equipes envolvidas tirem o maior proveito possível com a utilização do BIM, e para que saibam quais serão os ganhos efetivos que cada uma terá nesse processo. Portanto, através da execução do BIM no Projeto contratado espera-se:

19.23.1.1. Demonstrar o compromisso do DNIT com a disseminação da metodologia BIM no âmbito da Administração Pública Federal;

19.23.1.2. Ter um diagnóstico sobre os benefícios e as dificuldades associadas à efetiva implantação do BIM no PROARTE, com o objetivo de replicar a experiência adquirida em futuras contratações ou na ampliação da metodologia BIM para outros tipos de Programas ou Projetos;

19.23.1.3. Reduzir os tempos de desenvolvimento/revisão, análise e aprovação dos Projetos;

19.23.1.4. Melhorar a coordenação entre os diferentes Agentes envolvidos no acompanhamento, elaboração e análise dos Projetos;

19.23.1.5. Empregar as informações dos Modelos nos diversos ciclos de vida do ativo, sobretudo nas fases de construção, operação e manutenção; e

19.23.1.6. Auxiliar no desenvolvimento da biblioteca de classes de objetos BIM do DNIT para Projetos de Portos (IP4).

19.24. USOS DO BIM

19.24.1. No Brasil, hoje, se tem produzido Modelos para um conjunto de no máximo 10 (dez) usos, daqueles 27 (vinte e sete) relacionados no guia da Penn State University. Os usos esperados para o BIM, influenciam a determinação da estratégia e processos de elaboração do Modelo. Para o Projeto ora contratado, prevê-se os seguintes usos do BIM:

19.25. USO 1 - CONCEPÇÃO

19.25.1. Representação das condições existentes:

19.25.1.1. Processo que consiste em modelar tridimensionalmente o terreno e edificações na área de influência do Projeto, previamente à fase de concepção, com o intuito de obter informações mais precisas e otimizar o planejamento. Este Modelo inicia na captura da realidade local que pode ser desenvolvida de várias maneiras, incluindo desde técnicas de Topografia convencionais, consulta a banco de dados existentes (SRTM) e mesmo o Laser Scanning 3D com obtenção de Ortofotos (LIDAR). Uma vez construído o Modelo, ele pode ser consultado para obtenção de informações e utilizado como base durante o desenvolvimento do Projeto.

19.25.2. Análise do terreno:

19.25.2.1. Um processo em que as ferramentas de BIM/GIS são usadas para avaliar as propriedades de uma dada área com o objetivo de determinar as possíveis localizações mais adequadas para o futuro Projeto e outras análises como, por exemplo, as questões ambientais e relativas ao Plano Diretor da localidade, e ainda a determinação das áreas de contribuição para a drenagem.

19.26. USO 2 - VALIDADE DE CÓDIGOS E NORMAS

19.26.1. O Modelo tridimensional elaborado poderá ser testado por um conjunto programado de regras para testes quanto à observância de Códigos de obras e Normas em software para BIM Coordination e Quality Assurance.

19.27. USO 3 - GERAÇÃO DE DOCUMENTOS

19.27.1. O Modelo tridimensional elaborado deverá permitir a extração semiautomática de um conjunto de documentos de acordo com o contratado, conjunto que é constituído das plantas, cortes, vistas, perfis e planilhas tradicionais e que caracterizam adequadamente o Modelo 2D formatados para a entrega.

19.28. USO 4 - VISUALIZAÇÃO

19.28.1. O Modelo BIM não apenas contém a informação da construção, mas também é capaz de fornecer a sua representação gráfica mais acurada ou "visualização". A visualização BIM está crescendo em uso como uma efetiva ferramenta de colaboração. Como resultado se tem a habilidade de se visualizar de forma interativa as complexidades da obra.

19.29. USO 5 - COORDENAÇÃO 3 D (COMPATIBILIZAÇÃO)

19.29.1. A Modelagem da informação inclui elementos paramétricos ao Modelo 3D, unindo o Desenho aos dados necessários para se avaliar interferências, antecipar problemas e garantir a execução eficiente do Projeto. O Modelo produzido deverá ser submetido a etapas de Clash Detection entre as disciplinas de Projeto.

19.30. USO 6 - EXTRAÇÃO DE QUANTITATIVOS

19.30.1. A Modelagem tridimensional permitirá a obtenção precisa e automática dos quantitativos, e assim, por exemplo, a Equipe pode fazer modificações na etapa de concepção e visualizar em tempo real as variações nos quantitativos, de forma a identificar e escolher a opção mais viável economicamente.

19.31. USO 7 - PLANEJAMENTO

19.31.1. Um processo no qual um Modelo 4D (Modelo 3D com a dimensão adicional de tempo) é utilizado para planejar efetivamente a ocupação/execução gradual da obra. A Modelagem 4D é uma poderosa ferramenta de visualização e comunicação que pode dar à Equipe de Projeto, incluindo o proprietário, uma melhor compreensão das etapas e planos de construção.

19.32. NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO

19.32.1. O conceito de “LOD” especificamente utilizado no BIM foi inicialmente entendido como “Level Of Detail” (Nível de Detalhamento). Atualmente, o termo tem sido mais citado como “Level Of Development” (Nível de Desenvolvimento), o que acarreta em uma ampliação do conceito inicial.

19.32.2. O LOD como “Nível de Desenvolvimento” acaba sendo um resultado do “Nível de Detalhamento”, que se refere à quantidade de detalhes gráficos incluída nos elementos de um Modelo, e do LOI - Level Of Information (Nível de Informações), que se refere a quantidade de informações não geométricas que são incorporadas aos elementos de um Modelo.

19.32.3. O LOD permite que o Autor especifique claramente qual é a confiabilidade das informações nos elementos de um Modelo e assim, resolve várias questões que surgem quando o BIM é utilizado como ferramenta de comunicação ou colaboração, ou seja, quando outros usuários que não sejam os próprios Autores de um Modelo BIM extraem informações dele.

19.32.4. Portanto, o LOD é uma referência que possibilita que os Agentes atuantes especifiquem e articulem, com clareza, os conteúdos e níveis de confiabilidade de Modelos BIM, nos vários estágios do processo de Projeto e construção.

19.32.5. Para o planejamento do Nível de Desenvolvimento dos objetos do Modelo BIM, é primordial entender a necessidade do Cliente, representada na especificação contratual.

19.32.6. Não há necessariamente uma ligação direta entre uma fase de Projeto e um LOD, inclusive diferentes disciplinas podem conviver em um Modelo diferentes LOD em cada momento e algumas poderão nunca avançar até LOD mais elevados, pois isso pode não ser necessário para o Projeto.

19.32.7. O American Institute of Architects - AIA, publicou um documento em que organiza e descreve diferentes LOD para os quais definiram os correspondentes “usos autorizados”. A iniciativa da AIA propõe uma padronização de diferentes níveis de LOD, definindo claramente quais os correspondentes seus usos autorizados.

19.32.8. Dessa forma, conhecendo as características da entrega final prevista em CONTRATO e a aplicação/usos do Modelo, se torna possível determinar qual o seu Nível de Desenvolvimento seguindo as definições da AIA.

19.32.9. O Modelo de Informações da Construção será desenvolvido com elementos em LOD 300 e em LOD 400 segundo as definições da AIA abaixo:

19.33. LOD 200

19.33.1. Similar ao Projeto esquemático, o Modelo consistirá de sistemas genéricos ou montagens com quantidades aproximadas, tamanhos, forma, localização, orientação e ainda possibilita:

19.33.1.1. Análises: de sistema específicos, pela aplicação de critérios genéricos de desempenho;

19.33.1.2. Estimativas de custos: volumes e quantidades de tipos de elementos; e

19.33.1.3. Planejamento: no planejamento da construção, podem-se incluir a definição da ordem de construção e também a aparência dos principais elementos e sistemas, na escala de tempo.

19.34. LOD 300

19.35. Os elementos do Modelo definirão as montagens de modo preciso em termos de quantidade, tamanhos, forma, localização e orientação. Informações não geométricas podem ser relacionadas aos objetos, tais como:

19.35.1. Construção: o Modelo servirá para a geração dos documentos tradicionais para a construção e contratação;

19.35.2. Análises: As análises podem ser realizadas para elementos e sistemas detalhados.


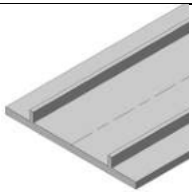
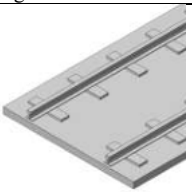
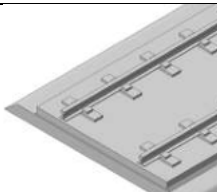
19.35.3. Estimativas de Custos: Podem ser realizadas com base em dados específicos fornecidos e técnicas conceituais

19.35.4. Planejamento: Ordenação da construção, aparência de elementos e sistemas detalhados.

19.36. LOD 400

19.36.1. Os elementos são graficamente representados no Modelo como um sistema específico, objeto ou montagem em termos de tamanho, forma, localização, quantidade e orientação com detalhamento, com informações de fabricação, montagem e instalação. Informações não geométricas podem ser relacionadas aos objetos.

19.36.2. Um elemento com LOD 400 é Modelado com detalhes e acurácia o suficiente para a produção do elemento representado. A quantidade, tamanho, formas, localização e orientação do elemento podem ser medidos diretamente do Modelo sem necessidade de consulta ou referência a informações não presentes no Modelo, como notas ou referências externas.

LOD 100	LOD 200	LOD 300	LOD 400
Geometria básica com tamanho, formado e orientação aproximados	Montagens para Modelagem (Assembles) com tamanho, forma e orientação aproximados. A reserva de espaço para o tráfego ferroviário é fornecida no Modelo.	Os conjuntos de Modelagem são mais ricos em dados com design que especificam tamanho, forma e orientação reais. Os dados de requisitos de material, fornecedor e código são adicionados.	Conjuntos detalhados de construção/fabricação com tamanho, forma e orientação finais. Itens adicionais são incluídos, todo o necessário, para fabricação e instalação
			

19.37. QUALIDADE

19.37.1. Qualidade é o grau de utilidade esperado ou adquirido de qualquer coisa, verificável através da forma e dos elementos constitutivos do mesmo e pelo resultado do seu uso. A palavra “qualidade” tem um conceito subjetivo que está relacionada com as percepções, necessidades e resultados em cada indivíduo.

19.37.2. Para o controle da qualidade é fundamental que se definam processos para a verificação dos trabalhos desenvolvidos, garantindo que os Projetos sejam previsíveis e verificáveis e que possam ser repetidos, atendendo a critérios definidos em alguma especificação, como um Contrato de prestação de serviços, por exemplo.

19.37.3. No BIM, um dos objetivos do controle de qualidade é o de garantir que os Modelos digitais recebidos sejam completos e íntegros, garantindo a usabilidade dos dados digitais incorporados neles. Nesse sentido, no desenvolvimento dos Projetos que se utilizam da tecnologia BIM, é preciso entender a diferença entre a “Qualidade dos Dados” e a “Qualidade do Projeto.”

19.37.4. A “Qualidade dos Dados” está relacionada às Normas Técnicas, aos padrões utilizados pela Indústria e aos requisitos específicos de Projetos e disciplinas, não requerendo a validação de um Engenheiro.

19.37.5. Por exemplo, se um objeto incorporado num Modelo BIM que corresponde a um determinado tipo de dormente mostra um parâmetro, digamos, de resistência à compressão, com um valor que não corresponde a nenhuma das classes padronizadas, isso configuraria uma não conformidade de “Qualidade de Dados”.

19.37.6. Já a qualidade de um Projeto desenvolvido em BIM está relacionada à representação das decisões de Engenharia e, portanto, demanda a avaliação de Profissionais que detenham conhecimentos específicos sobre essa área.

19.37.7. Dessa forma, os entregáveis de um determinado Projeto podem possuir alta “Qualidade dos Dados” neles incorporados e, no entanto, não possuírem um bom nível de “Qualidade de Projeto”, por outro lado, é possível que se tenha entregáveis que atendam totalmente à “Qualidade de Projeto” especificada, mas que contenham dados imprecisos e incorretos e que não poderiam ser utilizados de maneira consistente.

19.37.8. Realizar um Projeto de alta qualidade se torna mais factível quando a qualidade é levada em conta constantemente, desse modo a CONTRATADA deverá relatar no seu Plano de Execução BIM as práticas que utilizará para manter o **controle da produção do Modelo** e para a **garantia de qualidade do Modelo**.

19.38. **PRODUTOS ENTREGÁVEIS BIM - DIRETRIZES GERAIS**

19.38.1. A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE os Modelos BIM em formato digital, por meio do CDE ora disponibilizado, em padrão aberto open BIM e IFC 2x3 ou superior, com obediência ao LOD especificado no PEB (orientado neste documento, apresentado pela CONTRATADA e aprovado pelo DNIT), sem limitação de tamanho, desde que não exija a necessidade de computação high- end, de forma que seja possível a visualização em computadores atuais sem a necessidade de aquisição de periféricos ou hardwares adicionais. (Ex.: Intel i3, 8GB memória RAM, sem placa de vídeo 3D integrada).

19.38.2. A CONTRATADA deverá apresentar e fornecer à CONTRATANTE os Modelos BIM em meio digital com formato nativo, sem limitação de tamanho. Estes Modelos devem conter toda a documentação elaborada para sua visualização (cortes, plantas, planilhas, etc.). Estes Modelos devem garantir que houve a conferência e resolução de interferências conforme critérios especificados neste documento e previamente detalhados pela CONTRATADA no PEB. Junto a estes Modelos deverão estar inclusos todos aqueles documentos vinculados, assim como todos os arquivos de planilhas necessários para visualizar, importar e exportar tanto os Modelos e seus dados quanto à documentação 2D. Devem ser aplicados aos Modelos Federados exportados no formato nativo as mesmas especificações de classificação dos elementos e as demais orientações sobre a forma de organização das propriedades dos Modelos.

19.38.3. Em relação aos arquivos digitais com formato nativo, é direito da CONTRATADA, empregar na Modelagem do Projeto, qualquer software de mercado desde que atenda as especificações do EDITAL e que contenha algum nível de certificação com status finalizado junto à Building SMART, portanto devendo apresenta-los ao DNIT no (s) formato (s) nativo (s) do (s) software (s) de Modelagem utilizado (s). A CONTRATADA se compromete a utilizar softwares devidamente licenciados e se necessário proverá, em caráter temporário, subscrições ao CONTRATANTE para averiguação de funcionalidades e alinhamento como disposto no EDITAL.

19.38.4. O DNIT antecipa que será o proprietário de toda e qualquer informação ou Produto proveniente do futuro CONTRATO, bem como o exclusivo direito de uso e divulgação. Os direitos patrimoniais deverão ser cedidos, por documento próprio, pelo (s) Autor (es) dos Projetos conforme Art. 93, da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021. Qualquer tipo de uso dos Modelos desenvolvidos no bojo do futuro CONTRATO pela CONTRATADA deverá ser previamente autorizado pelo DNIT. As obrigações imputadas à CONTRATADA ficam estendidas à (s) Empresa (s) Comercial (ais) Fornecedora (s) de softwares que venham a subsidiar o desenvolvimento dos Modelos digitais ou do Modelo de Gestão e Coordenação em BIM.

19.38.5. Casos omissos ou eventuais conflitos entre as Normas citadas e as demais especificações deste documento serão resolvidos pelo Núcleo BIM DNIT.

19.39. **PRODUTO P.1 - PLANO DE EXECUÇÃO BIM - PEB**

19.39.1. A CONTRATADA deve entregar o PEB contendo o conteúdo a seguir:

- 19.39.1.1. Identificação da Empresa;
- 19.39.1.2. Informações sobre o Projeto;
- 19.39.1.3. Infraestrutura Tecnológica;
- 19.39.1.4. Recursos Humanos;
- 19.39.1.5. Organograma da Equipe de Projeto;
- 19.39.1.6. Objetivos;
- 19.39.1.7. Usos do BIM;
- 19.39.1.8. Nível de Desenvolvimento;
- 19.39.1.9. Controle da Qualidade;
- 19.39.1.10. Planilha de mapeamento dos objetos paramétricos e/ou parâmetros;
- 19.39.1.11. Manual de nomenclatura (de objetos, de famílias, de compartimentos, de materiais, de propriedades, etc.);
- 19.39.1.12. Manual de estilos e apresentação;
- 19.39.1.13. Manual de gerenciamento de arquivos;
- 19.39.1.14. Manual de objetos paramétricos e/ou de parâmetros;
- 19.39.1.15. Manual de compatibilidade de Projetos;
- 19.39.1.16. Manual de elaboração de Modelos Federados;
- 19.39.1.17. Manual de processos de Projeto (Fluxograma);
- 19.39.1.18. Matriz de responsabilidades;
- 19.39.1.19. Matriz de entregáveis;

19.40. **PRODUTO P.2 - MODELO BIM DE ENGENHARIA (PROJETOS)**

19.40.1. Modelo BIM de Registro são todos os Projetos que compõem o objeto deste TERMO DE REFERÊNCIA. Os Projetos deverão ser entregues em padrão aberto Open BIM, IFC2x3 ou superior, quando possível, e em formato nativo.

19.40.2. Modelo Federado deverá conter todas as disciplinas inseridas, sem perda de dados, entregue em formato nativo, desde que a CONTRATADA forneça acesso, em caráter temporário, aos softwares de desenvolvimento e Modelo Open BIM, quando possível.

19.41. **PRODUTO P.3 - PLANO DE EXECUÇÃO DAS OBRAS (BIM 4D)**

19.41.1. Deverá ser entregue o Modelo BIM associado ao Plano de Execução da Obra, em formato aberto ou compatível com softwares de observação gratuitos do Modelo 4D, com o objetivo de visualizar o Modelo Federado associado ao plano de obra (Gantt) em uma mesma plataforma sem a necessidade de computação high-end, de forma que seja possível a visualização em computadores atuais sem a necessidade de aquisição de periféricos ou hardwares adicionais. (Ex.: Intel i3, 8 GB memória RAM, sem placa de vídeo 3D integrada).

19.41.2. A CONTRATADA deverá realizar a apresentação no software nativo, utilizado para realizar o trabalho de planejamento e, se necessário, disponibilizará ao DNIT uma Licença de uso, em caráter temporário, para visualização do Modelo nativo.

19.41.3. Deverá, também, ser entregue vídeo com a programação dos trabalhos de campo, com a apresentação do processo construtivo, segundo os níveis de detalhe previamente especificados para o Modelo, com as atividades vinculadas aos seus elementos e com as seguintes características mínimas: Formato .MKV (Formato Universal e Livre Matroska; resolução Full HD de 1920x1080); vídeo com o Modelo 3D; Gantt de tarefas; logomarca do DNIT, conforme Manuais de Gestão da Marca e marcos com as datas programadas para a realização das atividades em campo.

19.42. **PRODUTO P.4 - MANUAL DE USUÁRIO BIM**

19.42.1. O Manual de Usuário BIM deverá ser desenvolvido com informação atualizada do PEB e será um documento de ajuda para a compreensão dos Produtos BIM, além de cumprir com o propósito de retenção e compartilhamento do conhecimento. O referido Manual deverá apresentar descrição sobre as configurações empregadas nos Modelos BIM, de tal forma que seja possível:

19.42.1.1. Conhecer os parâmetros empregados;

19.42.1.2. Apresentar a configuração necessária para importação e exportação nos formatos nativos e IFC; e

19.42.1.3. Informar todas as demais configurações para a correta visualização dos Modelos, da documentação 2D e de seus dados vinculados.

19.42.2. Além disso, o referido Manual deverá ter uma seção específica com as “lições aprendidas”, ou seja, com as situações de sucesso e as eventuais dificuldades atreladas ao desenvolvimento dos Projetos segundo a metodologia BIM.

19.43. **PROGRAMAÇÃO DE ENTREGAS BIM**

19.43.1. A CONTRATADA deverá oficializar junto à CONTRATANTE os Produtos previstos neste documento, devendo associá-los às fases de Projeto e às correspondentes vinculações detalhadas no Quadro 09 apresentado a seguir:

Quadro 09 - Programação dos entregáveis BIM

Entregável	Fase do Projeto
Plano de Execução BIM	Estudos Preliminares
Modelos de Engenharia	Projeto
Plano de Execução da Obra (Modelo 4D)	Projeto
Manual do Usuário BIM	Projeto

20. **RESCISÃO**

20.1. O Termo de CONTRATO poderá ser rescindido:

20.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a V e VIII do art. 137 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no TERMO DE REFERÊNCIA, anexo ao EDITAL;

20.1.2. Amigavelmente, nos termos do artigo 138, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021;

20.1.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa; e

20.1.4. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 137 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

20.1.5. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

20.1.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

20.1.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; e

20.1.5.3. Indenizações e multas.

20.1.6. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

20.1.7. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS em relação aos empregados da CONTRATADA que efetivamente participaram da execução do CONTRATO poderá dar ensejo à rescisão do CONTRATO, por ato unilateral e escrito, por parte da CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis (art. 8º, inciso IV, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018).

21. **DISPOSIÇÕES GERAIS**

21.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar, no mínimo, a Equipe de pessoal, os materiais e os equipamentos, para a execução dos serviços que fazem parte do objeto deste EDITAL.

21.2. Na execução dos serviços, deverão ser atendidas todas as exigências deste Termo de Referência e das Normas Técnicas da ABNT, Internacionais, do DNIT e da Autoridade Marítima - Marinha do Brasil - NORMAM em vigor, como também da Legislação vigente.

21.3. Os equipamentos deverão estar em boas condições de operação para a realização dos serviços. Havendo danos aos equipamentos, durante a execução dos serviços, a CONTRATADA deverá repará-los imediatamente, para que as atividades sejam retomadas, no menor prazo possível.

21.4. Quaisquer atrasos injustificados no Cronograma de execução dos serviços estarão sujeitos às sanções previstas nos termos contratuais.

21.5. A substituição de peças, componentes ou equipamentos, sempre que necessária, deverá ocorrer sob as expensas da CONTRATADA.

21.6. A CONTRATADA deverá fornecer, às suas expensas, todos os EPI necessários, tais como, capacetes, botas, óculos de proteção, luvas, camisas de manga comprida, aventais, máscaras, coletes salva-vidas, protetores auriculares e outros, que se fizerem necessários de acordo com as Normas vigentes. Também deverá fornecer, às suas expensas, eventuais medicamentos básicos necessários para o pessoal envolvido nos trabalhos a serem realizados.

21.7. Adoção e promoção de medidas de proteção para a redução ou neutralização dos riscos ocupacionais aos seus Empregados.

21.8. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os Empregados da CONTRATADA e a Administração, vedando-se qualquer relação entre eles que caracterize pessoalidade e subordinação.

21.9. A execução das obras e/ou serviços de que trata o objeto desta Licitação, compreenderá o fornecimento de mão de obra, insumos, materiais e equipamentos necessários à execução.

21.10. Durante a vigência do CONTRATO ou documento equivalente serão observadas as práticas de sustentabilidade na execução dos serviços para aceitação do objeto em cumprimento do Art. 6º da Instrução Normativa nº 01 de 19 de janeiro de 2010 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

21.11. Pelas características da contratação, não há que se falar em necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

21.12. A LICITANTE deverá emitir Declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

21.13. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no Art. 3º do aludido Decreto, cuja execução indireta é vedada.

22. RESPONSÁVEIS

22.1. **Declaro** que sou Responsável pela elaboração deste TERMO DE REFERÊNCIA, visando a Contratação de empresa de empresa(s) especializada(s) para a elaboração dos projetos básico e executivo de engenharia destinados à instalação portuária pública de pequeno porte – IP4 do município de Autazes, no estado do Amazonas, para constar como ANEXO ao EDITAL. Declaro, ainda, que o TERMO DE REFERÊNCIA contém o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar as obras e serviços a serem contratados. Encaminha-se à Coordenação de Engenharia Aquaviária - CEA/SRDNIT/AM para posterior envio à SR/AM.

documento assinado eletronicamente
EVALTON ARANTES DE OLIVEIRA
Chefe do Serviço de Manutenção Aquaviária
SMA/SRDNIT/AM

22.2. **Ciente e de acordo.** Em conformidade com a [Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021](#), aprovo o TERMO DE REFERÊNCIA para a Licitação, além disso estou de acordo com todas as informações prestadas na Declaração e Assinatura acima. Encaminhe-se à SR/AM para posterior envio à Coordenação Geral de Cadastro e Licitações - CGCL.

documento assinado eletronicamente
LUCIANO MOREIRA DE SOUSA FILHO
Coordenador de Engenharia Aquaviária
CEA/SRDNIT/AM

22.3. **Ciente e de acordo.** Em conformidade com a [Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021](#), aprovo o Termo de Referência.

documento assinado eletronicamente
ORLANDO FANAIA MACHADO
Superintendente Regional do DNIT/AM

Manaus/AM, na data da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Evailton Arantes de Oliveira**, **Chefe de Serviço de Manutenção Aquaviária**, em 15/04/2026, às 15:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Orlando Fanaia Machado**, **Superintendente Regional no Estado do Amazonas**, em 15/05/2026, às 13:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.dnit.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **24054046** e o código CRC **8B2BBAE5**.

MODELO DE TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA – LICITAÇÃO



DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

(Processo Administrativo nº 50601.002239/2025-80)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM
ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)
..... E
.....

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), com sede no(a) na cidade de /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20..., publicada no DOU de de de, portador da Matrícula Funcional nº, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no **Processo nº 50601.002239/2025-80**, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **Concorrência Eletrônica nº .../2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto da presente licitação é a Contratação de empresas (s) especializadas (s) para a elaboração dos projetos básico e executivo de engenharia para as obras e os serviços de construção de estrutura de contenção do porto (IP4) no município de Autazes, no estado do Amazonas.

LOTE	CATSER	ESPECIFICAÇÃO	Unid	Qtd	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
I	2222-5	Elaboração dos projetos básico e executivo de engenharia para as obras e os serviços de construção de estrutura de contenção do porto (IP4) no município de Autazes, no estado do Amazonas.	Serviço	01	R\$ 493.447,77	R\$ 493.447,77

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. O Termo de Referência;
- 1.2.2. O Edital da Licitação;
- 1.2.3. A Proposta do contratado;
- 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3. O regime de execução é a **Empreitada por preço unitário**.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

1.4. O prazo de VIGÊNCIA do contrato será de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, tendo em sua eficiência legal no primeiro dia após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União D.O.U. O prazo de EXECUÇÃO contratual será de 90 (noventa) dias consecutivos a partir da emissão da Ordem de Início de Serviços a ser expedida pelo DNIT.

1.5. O prazo de vigência da contratação deverá ser igual ou superior ao prazo de execução contratual contados da assinatura do contrato ou na data nele indicada, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1_O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

Matriz de risco:

3.1.1. Constituem riscos a serem suportados pelo CONTRATANTE:

3.1.2. Constituem riscos a serem suportados pelo CONTRATADO:

3.1.3. Constituem riscos a serem compartilhados pelas partes, na proporção de XX% (xxxxx por cento) para o CONTRATANTE e XX% (xxxxx por cento) para o CONTRATADO.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxx), perfazendo o valor total de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxx).

5.2. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

8.5. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.6. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.7. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.9. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.10. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.11. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

- 8.11.1. A Administração terá o prazo de XXXXXXXX, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de XXXXXX, admitida a prorrogação motivada por igual período.
- 8.13. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.14. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.15. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 8.16. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- 8.17. Exigir do Contratado que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:
- a) "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;
 - b) comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;
 - c) laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;
 - d) carta "habite-se", emitida pela prefeitura; e
 - e) certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;
- 8.18. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.
- 8.19. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.
- 8.20. Fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, em relação aos empregados que efetivamente participarem da execução do contrato, especialmente:
- 8.20.1. Ao pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;
 - 8.20.2. A concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;
 - 8.20.3. O recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer irregularidade;
 - 8.20.4. O pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.
- 8.21. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.22. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

8.23. Demais obrigações definidas no Termo de Referência.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9.1. O Contratado deverá observar o estabelecido na Instrução Normativa DNIT nº 19, de 28 de abril de 2021, que estabelece os procedimentos na gestão de contratos com empresas inscritas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.11. Fornecer, sempre que solicitados pelo Contratante, os comprovantes do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, em especial ao pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados colocados à disposição da Contratante;

9.11.1. A ausência da documentação pertinente ou da comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS implicará a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, mediante prévia comunicação, até que a situação seja regularizada, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

9.11.2. Ultrapassado o prazo de 15 (quinze) dias, contados na comunicação mencionada no subitem anterior, sem a regularização da falta, a Administração poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

9.11.3. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pelo Contratante para acompanhar o pagamento das respectivas verbas.

9.11.4. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre o Contratante e os empregados do Contratado.

9.12. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.13. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.14. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.15. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.16. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.17. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

- 9.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.19. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.20. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));
- 9.21. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));
- 9.22. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.23. Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
- 9.24. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.25. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 9.26. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is) ... (inserir endereço(s));
- 9.26.1. O técnico deverá se deslocar ao local da repartição, salvo se o contratado tiver unidade de prestação de serviços em distância de [...] (inserir distância conforme avaliação técnica) do local demandado.
- 9.27. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;
- 9.28. Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.
- 9.28.1. Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.
- 9.29. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.
- 9.30. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.
- 9.31. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.
- 9.32. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

- 9.33. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
- 9.34. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
- 9.35. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 9.36. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.
- 9.37. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 9.38. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.
- 9.39. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
- 9.40. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.
- 9.41. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 9.42. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do [artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006](#), de:
- a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
 - b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
 - c) florestas plantadas; e
 - d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.
- 9.43. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do [artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010](#), por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:
- a) Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
 - b) Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme [artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981](#), e legislação correlata;
 - c) Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou

subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e

9.43.1. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o Contratado deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

9.44. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme [artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010](#), nos seguintes termos:

9.44.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

9.44.2. Nos termos dos [artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002](#), o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

9.44.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

9.44.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

9.44.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.44.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.44.3. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

9.44.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

9.45. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

9.45.1.

9.45.2. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na [Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006](#), e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

9.45.3. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da [Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90](#), e legislação correlata.

9.46. Nos termos do [artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010](#), deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

9.47. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

9.48. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

9.49. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

9.50. Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pelos Contratados, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos:

9.50.1. A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas nos anteprojetos constantes neste Termo de Referência e seus anexos (Caderno de Encargos e Especificações Técnicas) e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos.

9.51. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, o Contratado deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

9.52. Implantar, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, programa de integridade, conforme regulamento que disporá sobre as medidas a serem adotadas, a forma de comprovação e as penalidades pelo seu descumprimento.

9.53. Demais obrigações previstas no Termo de Referência

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

OU

11.2. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.5. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.6. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.7. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.8. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.8.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.8.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.8.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- 13.9.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 13.9.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 13.9.3. Indenizações e multas.

13.10. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

13.11. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS em relação ao empregados da contrata que efetivamente participaram da execução do contrato poderá dar ensejo à rescisão do contrato, por ato unilateral e escrito,

por parte da CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis (art. 8º, inciso IV, do Decreto n.º 9.507, de 2018).

13.12 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

13.13 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2 O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

14.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

15.2 Gestão/Unidade: 39252 – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – DNIT;

15.3 Fonte de Recursos:

15.4 Programa de Trabalho:

15.5 Elemento de Despesa:

15.6 Plano Interno:

15.7 Nota de Empenho:

15.8 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15.9

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1 Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)

18.1 Fica eleito o Foro da Justiça Federal em, Seção Judiciária de para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-